



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

**FELIPE MENDES DO SANTOS
NAILTON DOS SANTOS LOBATO**

**AS MULHERES COMO OBJETO DA PESQUISA HISTÓRICA: UM ESTUDO NOS
TCC's DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIFAP (1990 – 2014)**

**MACAPÁ
2016**

FELIPE MENDES DOS SANTOS
NAILTON DOS SANTOS LOBATO

**AS MULHERES COMO OBJETO DA PESQUISA HISTÓRICA: UM ESTUDO NOS
TCC's DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIFAP (1990 – 2014)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao colegiado de história da Universidade Federal do Amapá como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmentilla das Chagas Martins.

MACAPÁ
2016

**AS MULHERES COMO OBJETO DA PESQUISA HISTÓRICA: UM ESTUDO NOS
TCC's DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIFAP (1990 – 2014)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado para a
obtenção do grau de Licenciado em História da
Universidade Federal do Amapá pela banca
examinadora formada por:

Macapá, 08 de novembro de 2016.

Prof.^a Dr.^a Carmentilla das Chagas Martins, UNIFAP

Prof.^a Dr.^a Júlia Monerat Barbosa, UNIFAP

Prof.^o Dr.^o Iuri Cavlak, UNIFAP

AGRADECIMENTOS

Aos nossos familiares por toda sua ajuda e suporte durante toda nossa vida, especialmente durante o tempo da graduação, sem eles, sem dúvidas não conseguiríamos ter chegado até aqui.

A nossa orientadora Carmentilla Martins, que se mostrou muito mais que uma professora, e sim uma grande amiga, por ter mostrado o caminho certo para seguirmos desde o esboço desse trabalho até a sua finalização.

À professora Júlia Monerat Barbosa, que sempre foi uma entusiasta em relação à nosso trabalho e esteve a todo momento disponível para sanar nossas dúvidas.

Aos colegas de turma e todos os professores que compartilharam conosco durante toda essa jornada acadêmica, experiências de vida e conhecimentos que vieram nos fazer crescer enquanto estudantes, e sobretudo como seres humanos.

A todos os acadêmicos e professores (em especial a Carlos Alberto Viana de Marques e Cecília Bastos) que nos forneceram os trabalhos de conclusão de curso, fontes de nossa pesquisa.

“Não pode ser seu amigo quem exige seu silêncio”. (Alice Walker)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a mulher enquanto objeto de pesquisa histórico nos TCC's do curso de História da UNIFAP. Assim, busca-se, através da análise de documentos e ampla bibliografia, discutir de que maneiras as mulheres aparecem nos trabalhos de conclusão de curso. Para essa pesquisa analisamos 10 trabalhos de um total de 129. O curso de História da UNIFAP tem mais de duas décadas de existência. O seu surgimento significou a institucionalização do conhecimento historiográfico no Estado. Dessa forma, as pesquisas sobre a realidade local passaram a serem feitas a partir de pressupostos teóricos que norteiam a construção do conhecimento histórico. Tal pesquisa permite mostrar, de certa forma, como está sendo constituído o ensino de história na Universidade Federal do Amapá. Além de permitir mostrar a relação dialética que existe entre a universidade e a sociedade que a circunda. Nesse sentido, os acadêmicos trazem para academia suas opiniões, ideologias, questionamentos. E isso pode influenciar na escolha do tema.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, trabalhos de conclusão de curso, História, UNIFAP.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss women as object of historical research in the TCC's of the course of History of UNIFAP. Thus, through the analysis of documents and a large bibliography, it is sought to discuss in what ways the women appear in the works of conclusion of course. For this research we analyzed 10 works out of a total of 129. The History course of UNIFAP has more than two decades of existence. Its emergence meant the institutionalization of historiographical knowledge in the state. Thus, the research on the local reality began to be made from the theoretical assumptions that guide the construction of historical knowledge. Such research allows to show, in a way, how history teaching is being constituted at the Federal University of Amapá. It also shows the dialectical relationship that exists between the university and the society that surrounds it. In this sense, academics bring their opinions, ideologies, and questions to academia. And this can influence the choice of theme.

KEYWORDS: Women, course completion work, History, UNIFAP.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. AS NOVAS POSSIBILIDADES DE ESCREVER A HISTÓRIA E AS MULHERES NA HISTÓRIA	12
1.1. AS MULHERES NA HISTÓRIA	17
2. O MOVIMENTO FEMINISTA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE AS MULHERES E A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO	23
3. UNIFAP, HISTÓRIA E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO: UMA CRÍTICA EXTERNA	31
4. MULHERES NOS TCC'S DE HISTÓRIA DA UNIFAP: UMA ANÁLISE INTERNA	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

A produção de trabalhos sobre as mulheres ganhou grande impulso nas décadas de 1970 e 1980. Esses trabalhos estão inseridos em um contexto de grandes movimentos sociais, onde o feminismo foi de grande importância. Primeiramente, há produções fortemente influenciadas pelo marxismo que procuravam estudar a opressão machista e capitalista. Nos anos 1980, surge outra vertente que estuda sobre as vidas das mulheres no contexto social, reinventando seu cotidiano como afirma Rago (1995). A historiografia por essa época trazia o enfoque quase que exclusivamente no masculino, deixando as mulheres à margem, discorrendo sobre elas minimamente ou, simplesmente silenciando-as. As mulheres conseguiram a prerrogativa de também terem sua história escrita durante o século XX. Atualmente a historiografia que traz debates e reflexões sobre o tema se constitui num espaço de análise estabelecido em instituições de ensino superior de diversas partes do mundo (mesmo que em graus distintos de evolução e acolhimento).

Nota-se, outra vez, que as mulheres não somente possuem história, contudo produziam e produzem sua história. No entanto, esse quadro já foi bem diferente. Ao longo de vários anos as mulheres, e a escrita de sua história, ficaram obscuras e sem significados, em especial para estudiosos homens. Assim como nas fontes, e também nas análises, encontrava-se o silêncio sobre elas, sustentado que na ausência de registros que, geralmente, não expressavam sua existência. Isso faz inevitável a realização indagações como: como surgiu a história das mulheres? Quais as maneiras e fontes para descobrir seu protagonismo na história? E porque é relevante produzir sobre a história das mulheres?

Nas últimas décadas as mulheres vêm ocupando cada vez mais espaços na vida social, em lugares antes reservados somente aos homens. Essa nova realidade, impõe necessidade de trabalhos relacionados a essa temática, ao mesmo tempo em que há de se indicar a existência de produções acadêmicas anteriores a esse movimento que enfocam papéis tradicionalmente relacionados às mulheres como as parteiras, em ambientes domésticos, em revistas, em ambiente carcerário, nas salas de aula etc.

Um trabalho que tem como objetivo analisar outros trabalhos históricos se propõe a submeter os escritos dos historiadores aos procedimentos da crítica a qual estes mesmos historiadores submetem seus materiais de investigação. No que concerne aos estudos de historiografia, a especificidade, assenta-se na transformação das obras históricas em testemunhos da realidade que se busca entender (GODOY, 2010, p. 203). Todo conhecimento

histórico não pode ser separado do espaço-tempo em que o seu autor está inserido. Assim, o estudo de determinados trabalhos pode levar a compreensão de quais metodologias, autores, livros, enfoques e categorias o (a) historiador (a) se apropriou para construir sua pesquisa, além de verificar suas preferências.

Com a institucionalização do curso de História passa haver uma produção historiográfica profissional no Estado do Amapá. Esses trabalhos, que obedecem a padrões científicos de elaboração, discutem os mais variados temas a respeito da realidade local que perpassam sobre a religião, Projeto Icomi, política, criminalidade, indígenas, violência, Cabralzinho, mulheres entre outros. Escolhemos fazer nossa pesquisa sobre os TCC's que tem por temática as mulheres. A historiografia sobre as mulheres decorre em parte da existência de uma forte pressão de movimentos sociais por mais direitos para o sexo feminino como melhores salários, menos machismo, mais segurança e acesso a lugares normalmente relacionados ao universo masculino.

Em relação aos TCC's tivemos acesso a duas listas, uma delas é da Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá (doravante denominada UNIFAP), onde estão registrados 59 monografias do curso de História no período de 1991 a 2004 (vale ressaltar que a institucionalização da UNIFAP se deu no ano de 1991). A outra listagem encontra-se na coordenação do curso de História e apresenta 70 Trabalhos de Conclusão dos anos de 2004 a 2015 perfazendo um total de 129 TCC's, sendo que destes apenas 10 trabalham com temáticas femininas, ou seja, um percentual de 7,7 %. Gostaríamos nesse momento de ressaltar as dificuldades que encontramos para conseguir as fontes de nossa pesquisa, pois na biblioteca o acesso aos TCC's é bastante limitado e na Coordenação do Curso de História nem sequer tivemos a oportunidade de vê-los, pois os trâmites burocráticos para isso são de certa forma, extensos e cansativos. Contudo, sem desistir do objetivo de acessar essa produção historiográfica e contando com a boa vontade dos acadêmicos escritores dos TCCs e, algumas vezes dos seus orientadores superamos esses obstáculos.

Para realização dessa pesquisa partimos da hipótese de que os trabalhos analisados abordam a temática feminina nos mais variados aspectos, procurando mostrar como as mulheres viviam, construía suas histórias e se relacionavam em diversos contextos e relações sociais onde as mulheres não são analisadas somente como vítimas e oprimidas, mas também como sujeitos históricos ativos, que influenciaram na formação do ambiente social que faziam parte. Além disso, devido ao número relativamente pequeno de monografias sobre

mulheres, identificamos não haver linhas de pesquisas que contemplem estudos históricos sobre mulheres e gênero no curso de história da UNIFAP.

Desta forma, nosso texto está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo aborda a trajetória dos estudos historiográficos do surgimento da chamada Escola dos Annales e suas implicações nas novas maneiras de se pensar a história, discuti também opressão sofrida pela mulher durante a história da humanidade, e como isso influenciou no seu desaparecimento dos escritos históricos.

O segundo capítulo busca informar como se deu o nascimento dos estudos sobre as mulheres, e de como a essência desse está atrelada as lutas por maiores direitos e menores desigualdades em relação ao sexo feminino. Demonstramos também o que provocou o surgimento do conceito “gênero”, e como esse ampliou o leque de possibilidades de explorar as relações das mulheres não somente entre si, mas também com diversos sujeitos que estejam ao seu redor.

No terceiro e quarto capítulo estão os resultados das observações que realizamos em nossas fontes. A princípio é feito um exame dos aspectos externos a produção dos TCC's com temáticas sobre mulheres, tais como: o contexto histórico da implantação da UNIFAP; o surgimento do curso de Licenciatura e Bacharelado em História nessa IFES; a forma como está organizada a matriz curricular do curso de história da UNIFAP e suas implicações na sua historiografia acadêmica. Depois é realizada uma apreciação voltada para um enfoque mais interno, focando principalmente na forma como a mulher é representada nos TCC's, e destacando os conceitos empregados para analisar suas experiências de vida.

1. AS NOVAS POSSIBILIDADES DE ESCREVER A HISTÓRIA E AS MULHERES NA HISTÓRIA

Os novos conceitos e campos da história permitiram que muitos sujeitos históricos fossem tirados do anonimato e passassem a ser tratados como objetos de estudos. Esses novos campos surgem a partir de um quadro que questionava a supremacia da história política e que privilegiava análises macroestruturais. O cotidiano, os sujeitos, as falas, os bilhetes, as cartas, qualquer registro é tratado como um documento capaz de contar um pouco da história dos indivíduos, das suas relações em grupos e em variados contextos. As histórias dos sujeitos na Amazônia se tornaram conhecidas através de métodos que foram resultados de um longo processo que ampliou o conceito de história; nessa esteira emergem possibilidades metodológicas para escrever a história das mulheres em diversas perspectivas.

No século XIX a construção da História enquanto disciplina é bastante promissora. De um lado há o triunfo da História em três pontos essenciais: 1) o desenvolvimento das técnicas filológicas, arqueológicas e outras a serviço da crítica interna e externa das fontes históricas, acompanhado de publicações de coletâneas de documentos, principalmente sobre história Antiga e Medieval; 2) o surgimento de escolas históricas europeias com nomes como Ranke, Macaulay, Guizot, Thierry, Michelet e outros; 3) fora do mundo dos historiadores “oficiais” Marx e Engels propuseram o materialismo histórico, a primeira teoria global das sociedades humanas (CARDOSO, 1982, p. 30).

Segundo Peter Burke (1997, pp. 17-18) na Escócia, França, Itália, Alemanha e outros países, certos escritores começaram a se preocupar com a história da sociedade. Uma história que não se limitava somente a alguns aspectos como as guerras e a política, mas com as outras formas de relações em que perpassam pelo comércio, costumes, leis, moral. Assim, esses estudiosos, concentram suas análises na história das estruturas como o sistema feudal ou a constituição britânica. Sendo que alguns se dedicaram à reconstrução de costumes e valores do passado, dando atenção especialmente à história de valores como a cavalaria, outros à história da arte, literatura e a música.

A historiografia no começo do século XX era dominada por uma concepção denominada “história historizante”, ou “história episódica”, para a qual o historiador deveria apenas estabelecer, a partir de documentos os fatos históricos, coordená-los e expô-los coerentemente. Os fatos históricos seriam aqueles fatos singulares, individuais que não se repetem. O historiador deveria recolher todos sem optar entre eles já que seriam a matéria da

história, devendo ser colocados em uma cadeia linear de causas e consequências e apresentados. Os fatos eram quase sempre políticos, diplomáticos, militares ou religiosos, muito raramente econômicos ou sociais. Não se percebia que os fatos históricos, supostamente uma realidade exterior e substancial que se impõe ao pesquisador, eram, antes de tudo, uma criação deste, que era consequência da aplicação de uma teoria ou hipóteses de trabalho, mesmo que estas não estejam evidentes. (BRIGNOLLI & CARDOSO, 2002, pp. 21-22).

Conforme Peter Burke na Grã-Bretanha, alguns estudos de história econômica datam de 1882 e 1884. Na França começa-se a escrever também sobre história econômica no final do século XIX. Na virada para o século XX as técnicas científicas, de um modo geral, estavam evoluindo e trazendo grandes avanços nos mais variados campos do saber científico. As ciências humanas, assim como as ciências da natureza, foram amplamente beneficiadas. As novas técnicas permitiam outros olhares para questões milenares.

Em meio a tensão do início do século XX na Europa estão dois personagens que serão de grande importância para a renovação do campo histórico: Lucien Febvre e Marc Bloch, fundadores e nomes importantes nos primeiros anos do movimento dos *Annales*. Esses historiadores são afetados pela atmosfera política que marca o fim da *Belle Époque* ao período das duas guerras mundiais. Marc Bloch e Lucien Febvre encontram-se pela primeira vez na Universidade de Estrasburgo, estabelecida em uma região de fronteira e que acabara de ser desanexada da Alemanha. Essa peculiaridade política proporcionava a instituição um favorável clima intelectual que permitia muitas mudanças. Além disso, havia a concentração de muitos sociólogos, filósofos e geógrafos que travaram importantes diálogos com os historiadores. (BARROS, 2012, pp. 220-222).

Febvre, depois da guerra, idealizou uma revista internacional dedicada à história econômica que, devido a dificuldades foi abandonada em 1928. Marc Bloch retoma a iniciativa de ressuscitar uma revista que originalmente foi chamada de *Annales d'histoire Économique et Sociale*. A revista foi pensada para ser algo mais do que apenas outra revista histórica. Dessa forma, ela seria o porta-voz de novas abordagens que prezavam pela interdisciplinaridade da história. As críticas mais contundentes nesses primeiros momentos da revista eram destinadas a história política factual que objetivava escrever a história como estava nos documentos.

Segundo Le Goff (2005, p. 38) os fundadores dos *Annales* pretendiam pensar a história de outras maneiras: “antes de tudo tirar a história do marasmo da rotina, em

primeiro lugar de seu confinamento estritamente disciplinares, era o que Lucien Febvre chamava, em 1932, de derrubar as velhas paredes antiquadas, os amontoados babilônicos de preconceitos, rotinas, erros de concepção e de compreensão”.

Ainda sobre esse aspecto José Carlos Reis afirma:

Ao incorporar a consideração da simultaneidade, que é dominação da assimetria entre passado e futuro, história tornou-se outra que a tradicional. Ela mudou os seus objetos, mudou seus historiadores, mudou seus objetivos, mudaram-se seus problemas disciplinares. Apareceu o que não parecia existir, quando a história era dominada por uma representação do tempo histórico sucessiva e teológica - um mundo mais durável, mais estruturado, mais resistente às mudanças, as estruturas econômicos-sociais-mentais [...]. O conhecimento histórico pode incluir a quantidade, o conceito, a análise, a problematização, pois não trata mais de um mundo histórico volátil, sustentado e suspenso por um final especulativamente antecipado, mas de um mundo histórico estruturado, durável, lento. A história, portanto, renovou-se teórico-metodologicamente de forma profunda a partir da reconstrução do tempo histórico pelos Annales. (2000, pp. 20-21).

Os Annales trouxeram várias possibilidades de pensar o modo como o historiador faz suas pesquisas. Com os novos conceitos, novos objetos de estudos, novas fontes torna-se possível ampliar aquilo que se entende por história. Novos campos antes impensáveis tornam-se parte do interesse do historiador. Ainda segundo José Carlos Reis (2000, pp. 23-24) a abordagem das realidades humanas requereu a renovação das técnicas e métodos. A documentação será relativa ao campo econômico-social-mental, referindo-se a vida cotidiana das massas anônimas, a sua vida produtiva, as suas crenças coletivas. Além dos ofícios, cartas, editais, textos explícitos, outros documentos que possibilitam escrever sobre a intenção do sujeito são analisados: listas de preços, de salários, séries de certidão de batismo, óbito, casamento, nascimento, fontes notariais, contratos, testamentos, inventários. Além disso, os Annales souberam utilizar os conceitos e técnicas de outras áreas como as ciências sociais, economia, demografia, antropologia, direito, arqueologia.

Com esse novo modo de fazer história outros sujeitos surgem diante dos historiadores nos mais diversos lugares da sociedade. O homem e a mulher comum que viveram e morreram pelas ruas das cidades são estudados, levando em consideração outros milhares iguais a eles que também viveram e morreram, mas também amaram, odiaram, festejaram, choraram, rezaram, sentiram medo e esperança. E diferentemente do que se pensava, essas pessoas tinham muitas coisas a dizer.

As inquietudes e questões em voga nos anos do pós- Segunda Guerra Mundial geraram fortes questionamentos dos mais variados grupos da sociedade que passaram a

demonstrar seus anseios de várias formas como no cinema, na música, nas manifestações de ruas. 1968 é tido com um ano em que houve o ápice desses movimentos. Esse ano é marcante também para os Annales, pois é partir daí que se percebe uma transformação profunda na escola de historiografia francesa. Segundo Barros (2013, p. 309) muitos veem nesta data o fim do movimento, pois acreditam que o que se seguiu foi outro tipo de historiografia. Outros consideram esse ano como o início de uma nova fase, e é a partir daí que se utiliza o termo “terceira geração do Annales” ou “terceiro Annales” para designar os novos historiadores franceses em ascensão e agora na direção do movimento.

Ainda segundo José D’Assunção Barros (2013, p. 310-311) no ano 1968 há todo um contexto histórico amplo que faz do período que se segue a essa data uma nova era. O ano de 1968 ficou conhecido na história por ter trazido uma série de movimentos sociais, políticos e contraculturas em escala mundial. Acontecimentos impactantes como a Morte de Martin Luther King, a Guerra do Vietnã e os protestos que a ela se opuseram, as greves gerais e as manifestações estudantis no mundo inteiro também marcaram essa época. A historiografia sofre mudanças profundas no que concerne tanto a Escola dos Annales quanto a história mundial. Como afirma Silva (s/d):

Na historiografia esse é o momento em que a Revista dos Annales está indo para sua terceira geração, ou seja, mudanças estão ocorrendo também no quadro da revista que se propõe a construir uma nova história. A revista do Annales passou por tantas mudanças durante os anos 1950 e 1960 que o grupo que dela fazia parte estava realmente diversificado: a infância, o corpo, o sonho, o odor e outros assuntos antes nem imaginados passam a fazer parte do cotidiano da revista. Dentre esses assuntos, a revista é a primeira a incluir as mulheres, inicialmente dentro da história da família, mas depois em outros campos como a história do trabalho e a própria história da mulher. (p.40)

O avanço da História das Mulheres deveu-se também aos novos rumos seguidos pelas tendências historiográficas tanto no exterior quanto no Brasil que ganhavam força nesse período. É preciso salientar que até a década de 1970 predominavam as análises estruturalistas, recortes macrossociais, explicações globalizantes, estudos de conjunturas econômicas e categorias sociais que buscavam a compreensão do passado histórico. Assim, o “indivíduo” e as questões referentes ao âmbito privado eram ignorados, tendo como consequência a invisibilidade das mulheres na história. (GOMES, s/d, p.04).

Os novos tempos começaram a trazer uma nova produção historiográfica, novas aberturas, retornos e possibilidades e também incertezas para os historiadores em relação ao

modo de se fazer história e ao seu papel na sociedade. Há o retorno da narrativa, do político e da biografia. Entre as novidades, postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação, atenta para as micro realidades. A preocupação historiográfica parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a História Cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas.

Segundo Schneider(2008,,p180) A nova história possibilitou a abertura a outros saberes, outros campos antes inexplorados ou totalmente ignorados, permitiu questionamentos que buscavam no diálogo interdisciplinar novos sentidos de investigação para temas que antes não interessavam os historiadores e historiadoras como a vida privada, história da sexualidade, história do gênero, micro história, história e literatura, sociabilidade, subjetividade. Assim, há uma nova historiografia que traz novos objetos, novos temas, conceitos e metodologias diversas.

Mesmo que a História Cultural tenha ganhado força a partir da década de 1980 ela se mostra presente desde o início do século XX na historiografia. Sobre isso, Barros (2013) afirma:

A História Cultural, campo Historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas tem claros antecedentes desde o início do século, é particularmente rica no sentido de abrigar no seio diferentes possibilidades de tratamento, por vezes antagônicas. [...] ela abre-se a estudos mais variados, como a ‘cultura popular’, a ‘cultura letrada’, as ‘representações’, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de cultura (p. 55, grifos do autor).

A criação dos Annales proporcionou uma revolução na forma como se pensa e se escreve a história. Da política e reis, para o cultural e o homem do povo houve uma ampliação do que se entendia por objeto de estudo da história. Silva argumenta que:

Antes da Escola dos Annales a história não reivindicava uma historiografia construída em parceria com as outras ciências humanas, o conhecimento era construído de forma isolada e assim ficava. Temas que antes não eram considerados parte da história passam a ser discutidos pela escola que está surgindo com vontade de não mais se focar na historiografia política. É a partir desse momento que passa a importar a história que ainda não foi contada, a história dos vencidos (a história de baixo). (s/d, p. 44)

Os movimentos sociais libertários da década de 1960 como a greve de estudantes em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia; os panteras negras e o movimento hippie contra a guerra no Vietnã ; as lutas contra as ditaduras militares na América Latina colocam

em discussão também a questão da mulher, em especial por que se percebe que a mulher não tem voz, não alcança a liderança desses movimentos, não é chamada para falar em público e a elas são relegadas tarefas consideradas menos importantes como a panfletagem. Muitas mulheres que participavam desses movimentos fazem partes das universidades, como estudantes ou como docentes, tornando os questionamentos dos movimentos sociais assuntos para academia e buscando repostas para várias questões que até então não tinham sido levantadas por conta da invisibilidade das mulheres.

O feminismo e outros movimentos tiveram um grande impacto na história mundial, sobretudo na Escola dos Annales ao mesmo tempo em que a História Cultural se ampliava, possibilitando a inserção das mulheres como objeto de estudo histórico.

As lutas das mulheres por mais direitos vem de longa data, mas é a partir da segunda metade do século XX que se intensifica. Muitas dessas mulheres eram universitárias e sabiam da ausência das mulheres na história e sua necessidade de incluí-las. O feminismo possibilitou a emergência de pesquisas sobre as mulheres e constatou-se que elas pouco apareciam na história. Assim, a escrita da história das mulheres está ligada a luta por mais direitos. E o surgimento da História Cultural foi bastante importante para pesquisar as vidas das mulheres.

1.1 AS MULHERES NA HISTÓRIA

O Apóstolo Paulo diz aos Coríntios: *“As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei”* (2 Cor. 14:34). Guardando as especificidades contextuais do período em que foi escrita, essa pequena frase traz consigo uma grande carga de inferiorização da mulher demonstrando que sua condição estava limitada a um sistema cultural que a impunha uma quase absoluta submissão. Contudo essa situação não se limita a esse cenário. Estereótipos e a associação da mulher à fragilidade, ao caráter reprodutivo da espécie e limitação a ambientes privados são identificados em diferentes épocas.

Na antiga Grécia a mulher era tratada de forma idêntica a um escravo, realizando trabalhos desprezados pelos homens livres, possuíam como papel fundamental a multiplicação da humanidade. “Em Atenas ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo”. (ALVES & PITANGUY, 1985, p. 11).

Foram atenuados os ideais em torno da importância da mãe através da congratulação da parcela máscula da procriação. Sobre essa relação Canezin (2004) afirma:

Tal situação de inferioridade da mulher perdurou por milênios, com a família estruturada em papéis específicos de representação para o homem e a mulher, cabendo àquele a chefia do núcleo familiar e todas as decisões que atendessem aos seus próprios interesses, nisso incluído o futuro dos filhos. (CANEZIN, 2004, p. 145).

A adoração às “Deusas”, que por centenas de anos foi presente entre diversos povos, foi se tornando veneração aos “Deuses” e posteriormente ao “pai dos céus”, principalmente após a adoção do cristianismo como religião oficial no Império Romano por Constantino no século III. Em conjunto com o advento dessa religião está o comedimento e a percepção da mulher como indivíduo de menor valor. (NUNES, 1992, p. 24).

Uma maneira de consolidar a impossibilidade de ascensão social feminina acontece através da reclusão. Durante os séculos VI e VII era proibido às mulheres a carreira pontifícia, conquanto, essas colaboraram na instituição dos mosteiros, que eram as entidades possuidoras da exclusividade educacional.

A educação qualificada deixa de ser oferecida pelos conventos e as universidades são construídas agregadas aos santuários, no qual o ingresso era negado às mulheres que prosseguiram recebendo uma instrução precária nos conventos. O descompasso na educação tirou das mulheres a possibilidade de alcance ao trabalho, à cultura e ao poder no século XIV. De acordos firmados entre o aparelho burocrático e as autoridades eclesiásticas despontam normas que embargam o espólio da posse por meio da ascendência materna e, além disso, as mulheres perdem a garantia de administrar seus patrimônios e a autonomia econômica.

Concomitantemente foram constituídos julgamentos em casos supostamente heréticos que, perante a desculpa da existência de bruxaria, detinham o controle sobre a existência e a morte. Segundo Levack (1988) a bruxaria, ao invés de difundir práticas que revelam conhecimentos adquiridos com experiências de vida, é definida como a prática de magia perniciosa ou nociva e a aplicação de práticas danosas por intermédio de algum tipo de dom excepcional, desconhecido, velado e extraordinário, geralmente conhecido pelas autoridades eclesiásticas como atividades “diabolizantes” (VIANA, 2010). No século XIII, fase em que foi instaurada a inquisição, mulheres que viviam sós, em conjunto, viúvas que se negavam a começar um novo casamento e as solteiras, eram frequentemente tachadas de praticarem a feitiçaria e de romper a pujança sexual masculina, o poder reprodutor das mulheres, além de

intervir com o intuito de extinguir a fé. Segundo Fo et al, a inquisição ceifou a vida de milhares de pessoas, dentre essas inúmeras mulheres.

O universo feminino foi durante praticamente toda a história das sociedades humanas suprimido e sujeitado às pretensões e objetivos masculinos. Portanto não é de se surpreender que a escrita histórica foi produzida sob a visão homem e pelos grupos hegemônicos. Por conseguinte, desse modelo de análise brotou uma historiografia limitada, expondo somente a imagem do homem como um indivíduo que englobasse toda a complexidade inerente à raça humana. Assim sendo, suas interações exprimiam exclusivamente uma variante histórica. A mulher como sujeito de estudo pouco era mostrada pelos historiadores, quando surgia era de forma marginal.

No entanto não se pode minimizar a influência feminina nos esteios da afetividade patriarcal. Negá-la seria faltar com a precisão científica. Mesmo os oprimidos e silenciosos, aqueles de quem não se esperam efetivos rasgos de independência, mesmo esses possuem formas subliminares de atuação. Ninguém passa pela história sem deixar marcas, absolutamente ninguém. (QUINTAS, 2008, p. 16). Num corpo social patriarcal, os atributos incumbidos ao homem eram constantemente conferidos com uma diversidade de recompensações, como prestígio, valores monetários, congratulações públicas e propriedades. Em contrapartida, as mulheres, as quais tanto construíram, quase não aparecem na história. Essas mulheres se tornaram vitimadas por uma perspectiva da história, onde preponderou a arbitrariedade e a intolerância.

Desse modo, para essa abordagem interpretativa, ocorre que, de doadora da vida, imagem própria da fertilidade para as colheitas e os animais, a mulher, numa completa inversão, passava a ser considerada a primeira e a maior pecadora, a origem de todas as ações nocivas ao homem, à natureza e aos animais. Força do mal, potência noturna, oposta ao homem diurno, representante da ordem e da razão lúcida. Portanto, relegada a um segundo plano na história, não era de se admirar que durante muito tempo a produção historiográfica dessa à mulher um espaço pouco representativo em suas abordagens. (CUNHA, 2000, p. 142).

Ao constituir o fato histórico, detectamos o contexto e os sujeitos com seus entendimentos específicos. O que dificulta mesmo é a leitura do acontecimento que considera e determina os objetivos, fazendo uso de parâmetros que correspondem a algum tempo histórico. Segundo Veyne (1971) a história não pode conhecer a princípio, por não ser um conhecimento de essência. A história não se propõe a obter primeiras verdades. No entanto, não é sua incumbência fazer um levantamento completo de tudo o que encontrar. Alguns

episódios são para ela ínfimos. Por exemplo, a história não se interessa pelo fato de que o homem se alimenta, mas pelo fato de ele se alimentar de formas diferente. Na versatilidade se estabelece uma qualidade do acontecimento, pois “é acontecimento tudo que não é evidente” (VEYNE, 1971, p. 18).

Ainda sobre a questão da análise dos eventos históricos e como eles são entendidos e tratados, Foucault (1984) afirma que trata-se de definir as condições nas quais o ser humano problematiza o que ele é e o mundo no qual ele vive, ou seja, a sua atualidade. Em vários escritos históricos, a observação dos historiadores foi enfaticamente excludente, onde só uma premissa era plausível e as outras suprimidas. Essas análises privilegiam certos grupos em detrimento de outros. O patriarcado, consolidado por princípios dogmáticos, compreendeu os valores sociais e seus liames, cerceando a presença da mulher. Essa conjuntura, sustentada em sua perspectiva estrita, assentou uma premissa como sendo ímpar, o que depreciou as mulheres e beneficiou os homens.

O confinamento ao ambiente familiar era o fardo da mulher entre os séculos XV e XVI. Qualquer atitude ou prática realizada deveria ser autorizada pelo marido ou pai e qualquer ato autônomo era classificado como legalmente nulo. Os princípios burgueses sustentavam-se na noção de que a posição da mulher era no ambiente doméstico, empenhando-se em atividades caseiras. Os trabalhos artísticos e científicos feitos por mulheres desse período eram certa forma “patenteados” por seus genitores, cônjuges ou irmãos, que passavam a possuir a posse sobre as obras.

Como acontecera no passado, as mulheres participaram de diversas atividades científicas ou técnicas nas quais a tradicional habilidade manual, a destreza, o sentido de observação, a inteligência, a imaginação e a capacidade de trabalho de que sempre fizeram prova, foram amplamente aproveitados. No entanto, salvo contadas exceções, só puderam penetrar na fortaleza do saber pela porta dos fundos. Algumas dessas mulheres, pertencentes às classes nobres ou burguesas, tiveram a chance de receber uma boa educação, o que permitia transpor barreiras e interdições. No entanto, ficaram relegadas à condição marginal de assistentes ou, no melhor dos casos, de colaboradoras de cientistas conhecidos, ficando frequentemente ignoradas para a posteridade. Mas houve também mulheres que tomaram posições feministas e defenderam seu direito à mesma educação e o acesso às mesmas atividades intelectuais dos homens. (TOSI, 1998, p. 308).

Nos séculos XVII e XVIII a posição feminina deteriora-se ainda mais, particularmente das mulheres dos países empobrecidos. O desenvolvimento acentuado das indústrias e a valorização da produtividade faz com que as mulheres sejam vistas como desocupadas e desse

modo são transformadas em objeto da repulsa masculina. A criação de novos maquinários estimulou a divisão do trabalho sobrando para as mulheres funções cada vez mais mal remuneradas. Tais situações provocaram entre os séculos XVIII e XIX o surgimento de várias organizações de resistência feminina no mundo. As “Bas-Bleus” formadas por mulheres instruídas, principalmente no campo da literatura, entusiasmavam os grupos eruditos da Europa, na América as “Quakers” que além de possuírem caráter feminista lutavam pelo abolicionismo, na França as “Salonnières” ganharam notoriedade, e passaram a se organizar em associações que se tornaram a semente do movimento feminista.

No século XIX, com a intensificação da Revolução Industrial, e um campo de consumo mais rigoroso, exigia-se uma produtividade mais ligeira e ampla, porém o trabalho era realizado em situações de grande precariedade. Os espaços das indústrias eram escuros, sufocantes e imundos. Crianças eram também contratadas e trabalhadores chegavam a cumprir 18 horas por dia de expediente. Ademais, funcionários eram alvo de repreensão com violência física e psicológica, mandados pelos patrões. A quantidade de mulheres nas indústrias cresceu nitidamente, e a desproporção da remuneração entre os sexos era imensa. Ainda que realizando idênticas atividades, as mulheres ganhavam muito menos que os homens, além de terem uma valorização insignificante. Ferrand (1994) ao fazer uma análise das limitações impostas às mulheres nos campos das ciências e do trabalho, afirma que apesar da ascensão irreversível da atividade feminina e da manutenção das mulheres no mercado de trabalho, mesmo casadas e mães de família, permanece forte nas representações uma visão diferenciada da carreira profissional segundo o sexo.

Mesmo com circunstâncias insalubres de trabalho, encarando jornadas extenuantes e com uma remuneração inferior à dos homens, uma certa quantia de mulheres conseguiram tornar-se atuantes economicamente. Todavia, se depararam com um de seus maiores desafios: a jornada dupla de trabalho, posto que seus serviços domésticos as aguardavam após o horário de trabalho. Múltiplos protestos trabalhistas surgiram em vários pontos das Américas e da Europa. Assim os trabalhadores uniram-se de maneira organizada para reivindicar mais justas e salubres condições para trabalhar, sendo que e as mulheres já estavam inseridas nos inúmeros grupos que lutavam por uma reestruturação das relações de trabalho.

Sobre essa maior participação das mulheres enquanto trabalhadoras fora do lar, utilizando dados levantados por Purdy (2007), tomando como parâmetro o contexto social dos Estados Unidos nas décadas de 60 e 70 do século XX, um terço das mulheres trabalhava fora do ambiente doméstico, comprometendo a concepção do sustento familiar baseado no

homem, que era a raiz do pensamento sexual predominante. Esse movimento colaborou para o consumo progressivo de anticoncepcionais, realização de abortamentos e posicionamentos variados relativos ao sexo, tornando-se numa imposição feminina para modificações na medicina e na legislação que legitimavam a sexualidade e a reprodução.

Segundo Rocha (2009), os índices de divórcio cresceram e diferentes formas de família surgiram. Sindicalistas apoiadas nos valores democráticos dos seus grupos de lutas usufruíram dessa oportunidade para reivindicar direitos civis e políticos, além de opor-se ao machismo dos patrões e companheiros. Essas transformações despertariam novos conceitos e comportamentos sobre as atribuições das mulheres ao analisarem a si próprias, bem como a visão do universo masculino e do governo sobre elas, fazendo ressurgir os fundamentos do feminismo e dos progressos legais que se consolidaram nos anos 1970 e 1980.

A partir desse momento apoiado tanto pela luta por maiores direitos no campo do trabalho e da cidadania, como por uma crescente produção acadêmica realizada na Europa e nos Estados Unidos, as mulheres começaram a fazer parte de uma história que se despertava sob a ótica delas mesmas. Nesse período ecoou no meio dos movimentos feministas o pensamento de Simone Beauvoir que afirmava: as mulheres não possuíam história, não sendo capazes de glorificarem-se de si mesmas. Elas não nasciam mulheres, e sim se tornavam mulheres (1967, p. 09). A partir disso, autores como Dauphin (2001) defendem inclusive que as militantes dos movimentos feministas comecem a fazer a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras. Dessa maneira podemos afirmar que o surgimento de uma espécie de esforço para sistematizar o estudo sobre as ações das mulheres na história está lado a lado com o movimento feminista.

2. O MOVIMENTO FEMINISTA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE MULHERES E A INTRODUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO

Os escritos históricos possuem as impressões dos liames de gênero. O século XIX, tempo em que a ciência histórica se profissionalizou, foi assinalado por um aspecto essencialmente masculino. Evidencia-se a formação de uma marca em torno da história como disciplina, que transmite princípios como: ao imaginar o semblante de um historiador, espontaneamente idealizávamos como um homem, já que a história alcançou sua posição profissional e científica em uma época que as mulheres estavam, majoritariamente, inseridas no ambiente doméstico, enquanto os homens estavam incumbidos de discutir, pesquisar e escrever sobre os acontecimentos. (SMITH, 2003).

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 1995, p. 9).

Essa situação só começa a mudar no século XX, quando “os historiadores profissionais começaram a observar os detalhes da vida social, econômica e cultural como precisamente aquela subcorrente essencial, de certa forma até mais profunda do que a política”. (SMITH, 2003, p. 444). O século XX foi sem dúvidas fundamental para a legitimação das mulheres enquanto sujeitos a serem trabalhados pelas ciência histórica. Pedro e Pinsky ao analisarem a questão das mulheres na história e “como elas chegaram até aqui” afirmam, sobre a conjuntura do surgimento do universo feminino na escrita da história, que o XX é chamado de “o século das mulheres”. Foi uma época de ampliação de direitos e oportunidades e de mudanças, tanto na qualidade de vida das mulheres, quanto no imaginário coletivo. (2013, p. 09). Em razão disso houveram transformações aceleradas propiciadas pela experiência feminina e o conseqüente aparecimento dessas nas fontes por conta de uma renovação conceitual e metodológica nas análises históricas.

A descoberta das mulheres no campo das análises históricas, sobretudo a partir do advento da Nova História com a Escola dos Annales, tem proporcionado uma revisão

enquanto ao papel da mulher na história. Sobre esse aperfeiçoamento e suas implicações Rago (1995) sustenta que:

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. (p. 81).

É importante lembrar que, embora raramente, algumas pesquisas tentaram, outrora à mencionada mudança, explanar sobre o universo feminino. Mantendo-se nesse modelo de perspectiva, enfatizando coerentemente com as concepções prevalecentes de sua época, e associando este sexo ao ambiente particular.

A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribuiu para o desenvolvimento de estudo sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela História Cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. (SOHIET, 1997, p. 399)

Os estudos históricos ganham materialidade. A Escola dos Annales procura desprender-se da historiografia de idealismos intangíveis, optando por focar-se na história dos seres reais e ao enredo à trama de seu dia a dia, ao invés de limitar-se a um senso generalizador. Apesar de as mulheres não terem sido de imediato incluídas a historiografia pelos Annales, estes colaboram para que isso se consolidasse futuramente.

Apesar de a princípio não trabalhar com História da Mulheres e dedicar-se à História Social¹, uma das figuras pioneiras na tentativa de tirar as mulheres dessas sombras em que estavam escondidas, “a grande mestra da história das mulheres”, Michelle Perrot, afirma que:

¹Michelle Perrot, a princípio não trabalhava com História das Mulheres. Sua trajetória iniciou-se na História Social, sob influência, marxista e foucaultiana. Seu caminho na trilha da História das Mulheres, começou em 1973, docente na Paris VII – Denis Diderot, quando apresentou um curso denominado “As mulheres têm uma História?”, onde mostrava temáticas de pesquisa para os trabalhos de conclusão de curso dos estudantes. Deste modo, o caminho de pesquisa levaria Michelle a fazer-se conhecida a nível internacional, não só por suas obras, mas, também, pelos estudantes que orientou em suas teses. Muitos desses trabalhos tornaram-se livros, os quais contam com prefácios e apresentações escritos por ela.

O mesmo espírito percorre a *Historie sans qualité* (*História sem qualidade*) onde eu, por minha vez, quis substituir a representação dominante de uma dona-de-casa insignificante, negligenciada e negligenciável, oprimida e humilhada, pela de uma “mulher popular rebelde”, ativa e resistente, guardiã das subsistências, administradora do orçamento familiar, no centro do espaço urbano. (PERROT, 1988, p. 172, grifos da autora).

Percebe-se nos pensamentos transmitidos pelas palavras de Perrot que para haver o “desabrochar” da história feminina era necessário que se quebrasse com os paradigmas da história tradicional através da adoção da análise sob uma perspectiva diferente. Além disso, levando em conta esse mesmo pressuposto percebe-se a característica dos estudos das primeiras historiadoras que se debruçaram sobre essa temática nos anos 70 do século XX: substituir a imagem da mulher como objeto de domínio pela mulher emancipada e independente.

As ideias de Perrot estiveram presentes em várias pesquisas, com a formulação em suas produções, de evidentes considerações sobre a exiguidade das mulheres na História. Segundo ela a história é o que está acontecendo, o curso dos eventos, das transformações, das revoluções, das concentrações que compõem as relações nas sociedades. As mulheres permaneceram por um longo período distante dessa narrativa, de modo que, estariam fadadas ao esquecimento de uma inexprimível representação, estavam fora do tempo, ou ao menos, fora do acontecido. Confinadas no silêncio. (PERROT, 2007, p. 16).

A agitação do movimento feminista, com início nos anos 60, colaborou mais ainda para o aparecimento da história das mulheres. Nos Estados Unidos da América, a eclosão desse movimento, assim como em diversos locais do mundo se fez acompanhar por protestos das mulheres, os quais engendraram uma intensa necessidade de conhecimentos, pelos discentes, acerca de temáticas que se encontravam na ordem dos debates na academia. Simultaneamente, professores movimentaram-se, sugerindo a implantação de cursos nas academias destinados a realizar estudos sobre as mulheres. Ampliaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, um domínio de certa forma legitimado em nível institucional.

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa ... esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas femininas reivindicavam uma história que estabelece heroínas, provas das atuações das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação... No início houve uma conexão direta entre política e intelectualidade... Em algum momento, entre a metade e o final da década de 70, ampliou seu campo de questionamento,

documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado, e desta forma adquiriu uma energia própria. (SCOTT, 1992, p. 64).

Uma dimensão da história das mulheres que a diferencia de maneira particular das demais é a circunstância de ser uma história construída em conjunto com um movimento social, pois, durante uma grande fase, ela foi desenvolvida baseada em princípios feministas. Muito possivelmente toda história é fruto de uma conjuntura política. Entretanto, comparativamente, poucos segmentos históricos possuem uma conexão tão sólida com um projeto de mudança e de mobilização como a história das mulheres.

O movimento das mulheres mais do que um outro movimento, significou o apelo a uma diferença que originou a ação coletiva: diferença irreduzível, porque radicada na natureza e na experiência ancestral da espécie. Por isso, é tão mais difícil separar as lutas das mulheres da história da mulher, da consciência de uma subordinação que penetra na memória mais arcaica das sociedades humanas. (MELUCCI, 2001, p. 105)

Uma evidente força política com gigantescas pretensões de modificações na sociedade formou nos anos 1970 um forte movimento desafiador que luta pela isonomia entre as classes, constituído pelas massas. O movimento feminista marca as historiadoras, elas fazendo ou não parte de organizações feministas, mesmo elas se definindo ou não como feministas, essa dinâmica inevitavelmente marca as suas produções. O desenvolvimento da eclosão dessa temática, tal como na formação da historiografia quanto em diferentes domínios, possuía como propósito restituir as mulheres à história e recuperar a elas sua história. Naquela altura foi feita opção como objeto de pesquisa a questão da mulher no ambiente de trabalho, especialmente, nas fábricas.

O dever de reconduzir as mulheres à visibilidade, relacionado a um tipo de fixação pela declaração da dominação histórica em relação a elas, tipificou a geração inicial de pesquisadoras. Englobando essas pesquisas na complicação de exceder a oposição entre a representação da mulher como sofredora (um exame que retrata um encadeamento contínuo e progressivo de suas resistências e conquistas) e como numa perspectiva da mulher como poderosa e obstinada, que por vezes demonstra um certo heroísmo feminino.

O desenvolvimento destes trabalhos possibilita-nos inferir que não se projetou somente adicionar as mulheres no campo de uma ampla história acabada, mas expor que as mulheres interviram em tal grau como os homens na história, evidenciando as disparidades de um universo feminino. Como consequência abandonou-se a pluralidade das mulheres, arriscando-se a pender numa simples compreensão forçosa.

Judith Butler em sua obra de 1990 denominada “*Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*” (“Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”), desfez as definições sobre gênero em que estavam fundamentados os princípios feministas. Essa autora afirma que os limites entre gênero e sexo agem como um tipo de sustentáculo do feminismo, defendendo o pressuposto da naturalidade do sexo e da sociabilidade do gênero. A compreensão de gênero como constituído culturalmente, diferentemente da concepção de sexo, como obtida de maneira natural, constituíram a dualidade na qual os princípios do movimento feminista apoiaram-se para justificar pensamentos antinaturais nas quais acontecia, no senso comum, a ligação da mulher com a fraqueza ou subordinação, que serviram e servem para fundamentar preconceitos. Butler (1990) sustenta que a proposição em que se cria a diferença gênero/sexo: gênero é constituído e sexo é natural. A cultura é o objetivo e não aspectos biológicos. Para o debate em torno da refutação desses aspectos vistos como femininos naturalmente, o par sexo/gênero serviu às teorias feministas até na década de 1980, quando começou a ser contestado.

Por causa dessas análises e das inquietações e mudanças nas demandas dos movimentos feministas é que nasce o gênero como tipo de abordagem histórica, confluindo com linhas historiográficas em crescimento, como a história cultural. As mulheres existem socialmente, mesmo que definidas pelo sexo são muito mais do que uma categoria biológica. Compreendem pessoas de diferentes idades, diferentes classes sociais, diferentes conjunturas familiares, diferentes crenças, diferentes costumes, mas sobretudo diferentes opiniões e opções. Sendo assim, o gênero busca debater com diversas classes históricas presentes, mas comumente ainda é empregado como sinônimo de mulher, visto que seu emprego possuiu uma aceitação maior entre os pesquisadores e pesquisadoras dessa temática. Vista como mais imparcial e concreta, sua aplicação pode ser ademais percebida com uma particularidade que objetiva dar autenticidade nas universidades para os estudantes do tema.

A ampliação e o engrandecimento das temáticas de estudo apresentadas pelas pesquisas de gênero foram complementados por modificações nas referências e metodologias, perspectivas e formas de investigação transformadoras que, para mais de argumentar contra os padrões históricos estabelecidos, vêm propondo assuntos inovadores, encontrando fontes novas, em suma, colaborando para reestabelecer e estender conceitos clássicos da interpretação histórica.

Além disso, o gênero enquanto categoria de análise teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas, mas também impondo um reexame

crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente. Ao lado das noções de classe e “raça”, gênero assinalava o interesse da historiografia em uma história que incluía os discursos dos oprimidos, numa análise do sentido e da natureza desta opressão. (FILHO, 2005, págs. 129 – 130).

Este estudo tem evidenciado as medidas da aplicação de certas camadas que eram mantidas fora dos contextos históricos, indicando a inevitabilidade de análises particulares que desviem de predisposições difusas e diretrizes preestabelecidas. Buscando pôr fim à separação entre presente e passado, a categoria gênero ajudou para a amplificação do objeto de pensamento histórico, provocando o descobrimento de temporalidades diversas, movimentos variáveis, períodos fraccionados e intermitentes. Dessa forma, as matizes, as inclinações, as ações, atraíram a atenção dos historiadores, ao invés da segurança de evidências cronológicas e periodizações características.

O/a historiador /a ao debruçar-se sobre o seu objeto procurando respostas as inquietações do seu problema, carrega em sua essência inclinações ideológicas, valores, próprios da subjetividade humana. Assim como as fontes históricas produzidas por determinadas gerações carregam em seu conteúdo uma visão de mundo e no caso da memória social, esta é seletiva e parcial. Assim, as matérias dos jornais, revistas, cartas, atas, estatutos, relatórios e censos e a própria história oral não refletem à verdade absoluta de uma determinada época, mais sim são instrumentos que articulados nos proporcionam analisar e entender os acontecimentos. Diante mão, saliento a sensibilidade que devemos ter para dar visibilidade à ação das mulheres, identificando-as em documentos produzidos por homens dentro de uma perspectiva androcêntrica de sociedade. (MATOS, 2009, p 59).

As análises históricas com enfoque no gênero proporcionaram a descoberta de uma variedade de documentos, um aglomerado informações difusas, as complicações se encontram mais na desintegração do que na falta de documentação, o que demanda uma procura minuciosa por vestígios, indícios e traços. Uma verificação desse tipo pode detalhar o obscuro, para relevar os gêneros. No diálogo constante no campo interdisciplinar dos estudos de gênero, surge um aspecto cultural na história o que viabiliza resgatar expressões passadas das práticas pessoais e coletivas de homens e mulheres, acentuando que a sociabilidade é historicamente desenvolvida, nela as interações sociais masculinas e femininas distinguidas nascem numa circunstância própria, em grupos sociais específicos.

Esse instrumento analítico também foi salutar ao trazer à tona a questão da “diferença” em noções que focalizavam a ideia de unicidade nas categorias masculino e feminino no seio da História. Não podemos esquecer que uma das queixas aos tradicionais estudos sobre as mulheres era “a utilização da categoria ‘mulher’ como entidade social e empírica fixa, numa perspectiva

essencialista que perde as multiplicidades de sujeitos subsumidos em tal categoria.” Desta forma, são privilegiadas as suas múltiplas identidades que passam a ser encaradas em prismas diversificados, tais como: classe, raça, etnia e sexualidade. (GOMES, 2011, p. 8. Grifos da autora).

Assim, é significativo perceber as particularidades entre os sujeitos como criações culturais e históricas, que englobam relações não encontradas em uma única referência (o universo masculino), da mesma maneira que examinar as expressões e as condutas que asseguram a concessão feminina às interpretações predominantes e despreziosa da distinção, no qual não aconteceria a supressão, a integração do grilhões, as reprovações, resistências, planos, alterações e transformações pelas via feminina, ampliando os liames históricos dominantes.

A introdução do gênero, enquanto conceito na imaginação historiográfica, busca ressaltar as diferenças levando em consideração que a história enquanto existência é cultural e socialmente formada, isso se faz pressuposto para aquele que pretende trabalhar nesse campo de estudo. Oportunidades novas ao julgamento subjetivo do historiador/historiadora ensejam significativas expansões metodológicas. Compreende a relação pesquisador-objeto, com a ausência de uma neutralidade predeterminada, gerando uma reciprocidade entre o objeto de estudo e o historiador(a), no desenvolvimento de informações compreendidas em um debate crítico envolvendo fontes, reflexões e suposições sem um critério finalizado antecipadamente (LORIGA, 2012).

Junto do comprometimento do historiador com a realidade e a instabilidade do conhecimento, existe a pluralidade de compreensões prováveis, a diversidade de concepções críticas, as quais são frequentemente retificadas por categorias e princípios. Existem vários posicionamentos, inquietações e contradições nas pesquisas históricas de gênero, contudo esses diversos enfoques convergem com a variedade de segmentos existentes na historiografia atual (MATOS, 1998). O desenvolvimento de uma historiografia sobre o gênero, ao invés de findar as alternativas, expandiu discussões. Entretanto, alguns obstáculos envolvendo metodologias, arcabouço documental e fundamentação permanecem, e no interior deles a heterogeneidade que marca o gênero enquanto categoria. Sobre essa questão, Matos afirma categoricamente:

Os estudos de gênero, porém, não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade. Tal temática é extremamente abrangente e impõe dificuldades para definições precisas. São muitos os obstáculos para os pesquisadores que se atrevem a enveredar pelos estudos de gênero – campo minado de incertezas, repleto de controvérsias e de ambiguidades, caminho

inóspito para quem procura marcos teóricos fixos e muito definidos. (1998, p. 71)

Trabalhos vêm sendo produzidos com o objetivo de identificar as diferenças incorporadas nas próprias diferenças, indicando que homens e mulheres não formam conjuntos simplórios, mas que convicções de ordem cultural, étnica, familiar, social e religiosa precisam ser considerados e relacionados num esforço de descoberta mais produtivo, com investigações intrínsecas que se esquivam de propensões universais e princípios predeterminados. Ocorre o cuidado de desconstruir abstrações de definições de “*homem vs mulher*”, como sujeitos únicos, considerando como real apenas a existência de um ser e despossuídos de história, passando a analisar a mulher e o homem como diferentes no âmago de sua sociabilidade na história.

Segundo Del Priore (2007, p. 227), no Brasil a escrita da história sobre as mulheres surgiu influenciada por fatores externos já citados (como o movimento feminista e o debate em torno da inserção da mulher como protagonista na história) vindos dos Estados Unidos e da Europa, já no fim dos anos 70. Esse trabalho pioneiro de uma organização bibliográfica referente a produções sobre a mulher foi de responsabilidade de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas de São Paulo, patrocinados pela Fundação Ford. Esses estudos desenvolveram-se principalmente, a partir de temas voltados para o seio familiar e dados demográficos, dominados pelas formulações de Michel Foucault, do conceito de transgressão de poder, feitas por instituições como a Igreja e o Estado. Dessa forma, surgiram vários trabalhos voltados para as ações sociais de mulheres que eram até então excluídas da história, como as concubinas, prostitutas, escravas, freiras, lésbicas, entre outras.

O conceito gênero achou um campo promissor na escrita histórica brasileira² atual, removendo as naturalizações da sexualidade e pressupondo aspectos voltados às relações entre os sujeitos. A categoria gênero encontrou um terreno favorável na historiografia brasileira contemporânea, desnaturalizando as identidades sexuais e postulando a dimensão relacional. Possivelmente a história tenha sido o campo da ciência, levando em conta a interdisciplinaridade (principalmente o apoio na antropologia) dos estudos de gênero, que de forma mais profunda tenha realizado essa inclusão. Deste modo, nos anos 90, as pesquisas se expandiram e pluralizaram-se em divisões temáticas, destacando diversos pontos.

² Algumas estimuladoras para os historiadores(as) brasileiros(as) foram as obras Natalie Zemon Davis, Michele Perrot, Arlette Farge, Françoise Thebaut. Embora com a existência de uma grande interação interdisciplinar, as formulações de Joan Scott, L. Tilly, Mary Nash, Linda Gordon, foram mais aceitas. É provável que, o fato de serem pesquisadoras, compromissadas com as inquietações desse domínio.

3. UNIFAP, HISTÓRIA E TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO SOBRE MULHERES: UMA CRÍTICA EXTERNA.

As temáticas que trabalham assuntos relacionados às mulheres nas monografias produzidas pelos acadêmicos e acadêmicas do curso de história da UNIFAP estão inseridos em conjunturas que influenciaram essa produção. Primeiramente o contexto histórico no qual a obra é desenvolvida (seja o Projeto Jarí na Década de 1980 ou o Projeto ICOMI na Década de 1960, só para citar duas das monografias analisadas); também a contemporaneidade deve ser considerada como processo no qual estavam inseridos os escritores e escritoras desses TCC's (o íterim entre os anos de 1990 e 2014); precisamos compreender a existência cultural dos indivíduos para entendermos suas ações e percepções, ou seja, sua historicidade e condição sociocultural.

É importante refletir sobre o sujeito como um ser ligado a um cenário cultural. Ele possui a autonomia de fazer escolhas, através de novas compreensões, recebe conhecimento e também o constrói, dinamicamente e em sociedade, num sistema cultural guiado pelo período histórico existente. Além disso, ele próprio edifica suas normas, através de ações em conjunto, sendo capaz de modificá-las, assim como é influenciado por elas. As práticas cotidianas interferem na formação social e cultural de cada indivíduo, o que vai implicar sob suas atitudes no tempo histórico. Para Certeau (1996) “o cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia, nos pressiona dia após dia (...) é uma história a caminho de nós mesmos”. Toda ação do homem pode ser cultural, mas não é considerada como tal enquanto seu autor não a considerar significativa para si.

O motivo de os autores (as) dessas produções estarem inseridos em uma realidade influencia nas escolhas das temáticas e de como as mesmas são abordadas. Segundo José do Amaral Lapa (apud TORRES, 1996, p. 54): “o conhecimento é o registro inteligente que o historiador faz para compreender a realidade. A Historiografia é justamente o conhecimento crítico dessa representação e do processo que a determinou”. Qualquer produção histórica é também um documento e como tal está carregada de concepções de seu(s) autores(s) e podem ser analisados por outros. Jorn Rüsen (apud MALERBA, 2006, p. 20) afirma que histórias sempre são escritas e rescritas de acordo com o contexto social em que vivem os(as) historiadores(as) e seu público. Esses trabalhos objetivam mostrar convicções que despertam nos seus leitores algum tipo de perspectiva crítica que compartilha, ou não dos resultados apresentados.

Como já dito anteriormente, nossa pesquisa analisa os trabalhos de conclusão do curso de História da Universidade Federal do Amapá que tematizam as mulheres, produzidos entre os anos de 1991 e 2014. A utilização de documentos bibliográficos em pesquisas precisa ser estimado e prestigiado. A abundância de informações que podemos retirar e adquirir deles fundamentam sua utilização em diversos estudos das Ciências Sociais e Humanas, pois proporciona estender a compreensão de assuntos que carecem de um exame conjuntural sociocultural e histórico.

O documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências humanas. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Outro fundamento para a utilização de documentos escritos em estudos, é que ele viabiliza agregar a proporção do tempo ao entendimento das relações sociais. A pesquisa documental de produções escritas sustenta a reflexão sobre o curso de amadurecimento ou de desenvolvimento de sujeitos, comunidades, saberes, condutas, entendimentos e costumes em determinado tempo.

A fonte histórica passou a ser a construção do(a) historiador(a) e suas perguntas, sem deixar de lado a crítica documental, pois questionar-se o documento não era apenas construir interpretações sobre eles, mas também conhecer sua origem, sua relação com a sociedade que o produziu(SILVA,2006,P.162).

Evidentemente busca-se nos documentos escritos não somente o que se pode perceber explicitamente, mas principalmente o que ele contém implicitamente, ou seja, o que (ou quem) ele esconde ou suprime. Os questionamentos às fontes são a chave para o entendimento que o (a) historiador (a) objetiva aproximar-se.

As instituições de ensino superior precisam ser identificadas como ambientes que realizam uma valiosa missão para o progresso humano. Elas possuem o objetivo não somente de viabilizar aos estudantes a conquista de um diploma, ou um cargo com bom salário, porém devem sobretudo serem preparadas para fornecer novos saberes e utilizá-los na vida em sociedade, levando em conta a imprescindibilidade da mesma se aproximar a todos de maneira geral, em todas as classes, para que exista a possibilidade de integração social, desempenhando uma atribuição política e social. Um dos pilares sobre o qual se assenta a

educação superior brasileira é a extensão universitária, dimensão que proporciona essa aproximação, pois

A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações. Além disso, a universidade aprende com o saber dessas comunidades. (NUNES & SILVA, 2011, p. 120).

Ademais, as universidades devem ter a capacidade de responder ao corpo social, ampliando o tripé: ensino, pesquisa e extensão para tentar suprir as verdadeiras ansiedades da comunidade em vantagens gerais, isto é, ela precisa colaborar para sanar as dificuldades enfrentadas pela sociedade que está ao seu redor. Por outro lado as academias têm a incumbência de ajudar os alunos para que possuam uma convicção desenvolvida e discernida perante os acontecimentos contemporâneos, pra que assim possa haver um progresso cultural, educacional e tecnológico igualitário. Apesar de estar mergulhada numa chamada “crise de identidade” (SCHWARTZMAN, 1988) e por uma crescente mercantilização do ensino, ainda pode-se localizar dentro do sistema de ensino superior brasileiro, espaços para a formação de uma perspectiva crítica em relação à sociedade em que vivemos, focando proporcionar relações interpessoais mais justas.

A fundação da Universidade Federal do Amapá significou a institucionalização do Ensino Superior Federal no Estado. De fato, com isso passa a haver uma produção acadêmica em diversas áreas que são regidas por pressupostos científicos. De acordo com Dias e Lima (s/d, p. 2), “a universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade”. Segundo Bernheim e Chauí (2008, p. 18), é preciso considerar a universidade como instituição que não é independente em relação a sociedade. A universidade pública sempre foi uma instituição social baseada no reconhecimento público de sua legitimidade e das suas atribuições, fundada em um princípio de diferenciação que lhe assegura autonomia com respeito a outras instituições sociais.

No entanto, é preciso atentar que as concepções dos indivíduos que compõe essas instituições de ensino, influenciam de forma significativa no desenvolvimento das pesquisas realizadas. É possível perceber a existência de uma relação mútua entre universidade e sociedade, onde ambas são influenciadas reciprocamente. Dessa forma uma análise das produções dos estudantes do curso de História da UNIFAP é importante para percebermos

quais as interpretações e pensamentos são refletidos sobre trabalhos que desenvolvem temáticas que envolvem as mulheres e suas relações de gênero.

Entrando no mérito da universidade onde foram produzidas as fontes analisadas no presente trabalho, é importante frisar que a Universidade Federal do Amapá vem desde seu surgimento se estabelecendo como uma das mais precípuas academias do estado, envolvendo-se frequentemente na conjuntura histórica amapaense através da construção, elaboração e multiplicação de saberes. Com o intento de solucionar problemas que atingem a sociedade e o espaço em que se relaciona, a UNIFAP tem instituído novas oportunidades de formação na graduação e pós-graduação, com estudos que exploram campos ainda inéditos entre os pesquisadores do Amapá. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP para os anos de 2010 à 2014, essa:

Se insere nas questões regionais intrínsecas à sua realidade amazônica o que exige ter como foco as preocupações socioambientais. A localização geográfica e organização populacional (negros, índios e caboclos) impõe à UNIFAP um olhar para as possibilidades de diminuir as desigualdades sociais, regionais e econômicas. No âmbito dos cursos de Graduação, entre as atividades desenvolvidas merecem destaque, as que são frutos de parcerias com as instituições estaduais e municipais, responsáveis pelas políticas públicas de educação e saúde. [...] O contexto ora apresentado evidencia que a UNIFAP vislumbra a inserção regional, quando se propõe a implantar projetos e programas que visam estender e ampliar benefícios à sociedade amapaense e a produzir conhecimentos sobre questões inerentes ao desenvolvimento do Estado do Amapá, enquanto estado da Amazônia. (UNIFAP, 2009, p. 06)

O surgimento da UNIFAP foi um marco para o início de um processo de sistematização e qualificação de diversos tipos de pesquisas nas várias áreas das ciências no Amapá. Essa instituição pública de ensino superior começou seu funcionamento no ano de 1970, ainda como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), ligado à Universidade Federal do Pará (UFPA).

O ensino superior no Amapá, mais precisamente em Macapá, teve início com a instalação do Núcleo de Educação em Macapá/NEM, vinculada a UFPA, denominação dada ao Campus avançado da UFPA na Capital do Estado, no período de 1971 a 1990. A finalidade dessa Unidade avançada era preparar docentes no campo superior, para atender à reforma da LDB, Lei nº. 5.692/71, a qual dava nova estrutura ao projeto de ensino no Brasil, segundo relato da Professora Maria Alves de Sá, Coordenadora do NEM e primeira Reitora Pró- Tempore da UNIFAP. (UNIFAP. Projeto Político Pedagógico do curso de História, 1997).

Segundo Porto (2007), o Amapá, enquanto território federal criado pelo Decreto Lei nº 5.812 de 13 de setembro de 1943 (Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú), passava nesse período por um grande crescimento econômico e populacional provocado por construções, principalmente no setor energético. Foi nesse contexto que inaugurou-se pelo então governador Janary Nunes a Escola Normal do Amapá ou IETA (Instituto de Educação do Território do Amapá) em 25 de janeiro de 1949. Esse instituto educacional ofertou a princípio 500 vagas e tinha como objetivo formar professores de maneira gratuita por meio dos chamados cursos normais ou magistérios.

Segundo Carvalho (2012), o IETA foi por muito tempo considerado um exemplo de qualidade na prestação de serviços educacionais e até os dias atuais é visto como um notório marco na história do Amapá. Essa qualificação rápida de professores remete-se aos cursos que capacitavam profissionais para o ensino infantil e para o 1º grau (ensino fundamental), que tinham uma extensão mais breve do que em relação às licenciaturas plenas. Esse modelo de formação intensificou-se no Brasil com a lei nº 5.692 de 1971 (Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências) numa conjuntura que passou a requerer uma capacitação acelerada e estendida. A introdução desses cursos, deveria acontecer especialmente nos locais onde existisse uma maior necessidade de profissionais da educação.

O sistema educacional brasileiro deparava-se, assim, com o grande desafio de preparar em curto prazo um número de professores, que suprissem as necessidades do magistério em termos não só de quantidade, e como também de qualidade. A licenciatura curta surgiu, neste momento, em caráter experimental e emergencial. A prioridade deveria ser a política de valorização e reformulação das Faculdades de Filosofia e suas licenciaturas e a aplicação sistemática do exame de suficiência tendo em vista o maior número de professores a curto prazo. A perspectiva era a do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis. Nesta perspectiva mais valeria uma formação aligeirada do que formação alguma. (NASCIMENTO, 2012, p. 341).

Após a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 foi decidida a conversão do Território do Amapá em Estado, concedendo-o autonomia econômica e política. É importante salientar que isso não se deu pelo fato de o Território não ter acompanhado um certo crescimento em relação aos demais estados da nação que não tinham a administração direta do governo federal, mas pelo fato desse admitir que era contra a nova constituição a permanência dos territórios federais, pois isso afastaria o objetivo do processo democrático

que o Brasil vivia após os “anos de chumbo” da Ditadura Militar. Ou seja não podia-se abster o povo amapaense de selecionar seus mandatários.

A Constituição Brasileira promulgada em 5 de outubro de 1988, transformou os Territórios Federais de Roraima e Amapá em Estados da Federação. Essas unidades federadas não mudaram de categoria jurídica por terem alcançado níveis de progresso que definitivamente as integrassem à comunidade nacional, mas porque, finalmente, o Governo Federal reconhecia a improbidade dessa forma de administração, imposta sobre essas áreas por quase quarenta e cinco anos, e a determinação de integrá-las à modernidade de organização política, econômica, social e administrativa para que, sob autogoverno, se tornassem democráticas e progressistas. (...) Com a transformação do Amapá em Estado foi aumentada e ampliada a representação parlamentar em nível federal, passando a ter direito a oito vagas à Câmara dos Deputados e três ao Senado. No âmbito estadual, o eleitorado amapaense teve assegurada a prerrogativa de eleger o governador e os deputados estaduais. (SANTOS, 2006, pp. 84-85).

Com a ascensão do Amapá como ente federativo, iniciou-se um sério debate sobre a premência da estruturação de uma instituição de ensino superior que fosse autônoma no Estado. As discussões resultaram na criação da Universidade Federal do Amapá:

Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá. O presidente da república faz saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, sob a denominação de Fundação Universidade Federal do Amapá, uma fundação que se regerá por estatutos aprovados por decreto do Presidente da República. (BRASIL. Lei Federal nº 7.530 de 29 de agosto de 1986).

Essa lei entrou em vigência quatro anos depois a partir da publicação no Diário Oficial da União nº 43 de 5 de março de 1990: através do publicado no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 1990:

Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências:

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e nos termos da Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986. Decreta:

Art. 1º Fica instituída, de acordo com o disposto no art. 1º da Lei nº 7.530 de 29 de agosto de 1986, a Fundação Universidade Federal do Amapá, com sede e foro na cidade de Macapá. (BRASIL. Decreto nº 98.997 de 2 de março de 1990).

O Núcleo Avançado de Ensino (NEM) manteve-se em funcionamento até o ano de 1992, no qual sua infraestrutura já edificada foi utilizada para compor a então recém-criada

Universidade Federal do Amapá. Essa, apesar de receber controle externo do Ministério da Educação, segundo seu Regimento Geral, dispõe de autonomia patrimonial, administrativa, financeira e científica, seguindo o preceito da ligação permanente e intrínseca do ensino, pesquisa e extensão.

Um grupo social que não se interessa pelo estudo dos processos históricos, não tem a capacidade de compreender sobre si mesmo, pois não sabe das origens que os levaram até o presente momento. O(a) historiador(a) é um elemento primordial no processo de absorção e descoberta do conhecimento voltado para a história da humanidade, pois ele através da interpretação do passado é capaz de ampliar as compreensões do presente. Podemos dizer que uma sociedade sem historiador e desprovida do entendimento sobre sua história, é apagada de memória. Assim, cumpre lembrar que se conferiu à história a função de julgar o passado, de instruir os contemporâneos em benefício dos anos vindouros.

Desde 1991, a UNIFAP oferece o curso de História, sendo reconhecido pelo MEC pela Portaria 1.482/1995.

A história tem sua origem nos mitos e na tradição oral, unida à filosofia, como forma de explicação da origem humana. No entanto, ela é tão antiga quanto à humanidade, devido à necessidade que é própria do homem de explicar a si mesmo sua origem e sua vida. Assim, ela começa com a narração daquele que poder dizer “eu vi, senti [...] O que enfatiza a compreensão do “sentir-se sujeito histórico” e sua contribuição para a “formação de um cidadão crítico”, ou seja, um cidadão pensante, capaz de analisar e de se posicionar diante das situações vividas em cada momento pela sociedade (PEREIRA, 2014, pp2; 3. Grifos da autora)

Desde 1991, a UNIFAP oferece o curso de História, sendo reconhecido pelo MEC pela portaria 1.482/1995.

No que se refere à Licenciatura, o curso concebe a formação do educador como agente capacitado nas habilidades de mediadores do conhecimento histórico na esfera pedagógica. Isso significa que o profissional da educação, habilitado no saber histórico, atua diretamente nas relações de sociabilidade. Em relação ao Bacharelado, a formação do pesquisador da área de História contempla a necessidade da articulação de atividades de ensino, pesquisa, extensão e saber histórico, ou seja, a simetria entre investigação e conhecimento histórico. Sendo assim, entende-se que o Bacharelado deve propiciar ao futuro historiador não apenas a instrumentalização para a atualização do conhecimento histórico, mas permitir, também, a pesquisa histórica, abrindo caminho para uma carreira acadêmica. (UNIFAP. Projeto Político Pedagógico do Curso de História, 2007, p. 02).

Em pouco mais de duas décadas de existência, o curso, deu um significativo salto qualitativo e quantitativo em relação à produção historiográfica amapaense, que passa a ser

elaborada segundo critérios e teorias científicas que norteiam à construção do conhecimento histórico. No que concerne à formação de profissionais, atualmente o Colegiado de História trabalha com docentes que fizeram sua graduação na instituição e acabaram ingressando depois como professores e também com profissionais que vieram de outras partes do Brasil para contribuir com seus conhecimentos. Dentre esses temos como exemplo: Paulo Marcelo Cambraia da Costa, Sidney da Silva Lobato, Maura Leal da Silva, Carmentilla das Chagas Martins, Adalberto Junior Ferreira Paz, Andrius Estevam Noronha, Carlos Augusto de Castro Bastos, Carlos Alberto Viana Marques, Cecília Maria Chaves Brito Bastos, Daniel Chaves, Dorival da Costa dos Santos, Edinaldo Pinheiro Nunes Filho, Giovani José da Silva, Irislane Pereira Moraes, Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães, Iuri Cavlak, Julia Monnerat Barbosa, Mariana de Araújo Gonçalves, Meire Adriana da Silva, Simone Pereira Garcia e Verônica Xavier Luna.

As fontes analisadas no presente trabalho foram selecionadas através de duas listagens disponibilizadas pela Biblioteca Central da UNIFAP e pela Coordenação do Curso de História, onde se buscou TCC's com temáticas que envolvem o universo das mulheres e/ou feminino, totalizando a soma de 10 monografias.

Em um primeiro momento acreditamos ser indispensável discutir sobre o fato de que do total de 27 acadêmicos que escreveram esses trabalhos, 20 (cerca de 74%) são do sexo feminino e somente 7 (cerca de 26%) do sexo masculino. Isso parece comprovar que são as próprias mulheres que identificam-se e empenham-se em descobrir sobre sua própria história, principalmente nas universidades, pois o ambiente acadêmico proporciona a institucionalização sobre mulheres e/ou gênero.

Sobre a identificação das mulheres com as temáticas de análise que abrangem mulheres, Almeida sustenta que há entre essas autoras uma espécie de ligação:

A proposta que essas e, mesmo algumas teóricas e estudiosas de mulheres apresentam, é a da necessidade de uma interlocução entre elas - autoras de diferentes épocas, leitoras e ensaístas - e que, ao contrário do cânone ocidental masculino, onde a exigência é de um movimento de comparações e superações, aqui, entre elas, o diálogo se daria como uma verdadeira conversa íntima, numa interlocução afetiva e fundamental para todas as leitoras/escritoras envolvidas. Assim, a possibilidade de compartilhar experiências semelhantes, que se repetem, tanto nas situações de dificuldades, como nas de situações de ousadias entre elas, cria o vínculo, o traço identitário, laço fundamental para a criação de uma linhagem, de uma ancestralidade onde as mulheres poderão ser modelos afirmativos e importantes para outras mulheres (2009, p. 3)

Del Priore (2007) afirma que desde os anos 70 quando a história das mulheres ainda era aceita de maneira marginal, sem implicações claras sobre ciência histórica, era um estudo realizado em sua grande maioria por mulheres. Mesmo nos anos 80 quando estudiosos questionavam o quanto a história das mulheres havia renovado a história tradicional, foram as historiadoras americanas, e não os historiadores, que afirmaram que era preciso realizar a análise das fontes através de uma nova perspectiva, “sugerindo criar não apenas uma nova história das mulheres, mas uma nova história” (p. 222). Nós como autores do presente trabalho ajudaremos a levantar índice de homens que produzem sobre mulheres no curso de História da Universidade Federal do Amapá, no entanto os 7 acadêmicos homens dos dados expostos no parágrafo anterior (26%) que escreveram trabalhos com temáticas relacionadas à mulheres comprovam uma particularidade importante revelada por Del Priore, de que aqui no Brasil os homens escrevem mais sobre mulheres do que em outras partes do mundo como Estados Unidos e Europa. Sobre essa questão tal autora afirma:

Homens que estudam – é certo – as mulheres dentro de suas especificidades mas que, como qualquer historiadora têm habilidade para erguer o véu que cobre sua intimidade, revelando os comportamentos da vida diária, as formas de violência das quais elas são vítimas ou os sutis mecanismos de defesa que lançam mão. (2007, p. 234)

Para Zaidman (1994) as pesquisas feministas³ têm uma história, no plano institucional como no nível dos temas de pesquisa e ensino. Se tomarmos como exemplo os contornos das etapas diferenciadas do desenvolvimento dos estudos feministas na universidade. Primeiramente os anos 70, em que aparecem, com o impulso do movimento das mulheres, tanto os primeiros cursos universitários quanto os primeiros grupos de pesquisa. Esse reconhecimento acadêmico de uma nova orientação de pesquisa modifica o estatuto dos estudos feministas na universidade.

Foi verificada a Matriz Curricular do Curso de História da Universidade Federal do Amapá⁴ presente na Resolução Nº 003, de 07 de março de 1996 aprovada pelo CONSU (Conselho Superior Universitário), e ao fazer uma reflexão sobre essa grade, percebemos que não existia, dentre as disciplinas obrigatórias, nenhuma que carregasse na sua denominação algo próximo de uma história das mulheres, ou ainda história das relações de gênero. Em relação as disciplinas optativas, mesmo as possibilidades de escolha sendo maiores e os

³ Zaidman afirma ainda que as primeiras disciplinas criadas foram intituladas Estudos Feministas, as seguintes Estudos Femininos, e as últimas História das Mulheres. Essa imprecisão corresponde, a diversidade das orientações de pesquisa interna aos estudos feministas.

⁴ Disponível em: <http://www2.unifap.br/historia/matriz-curricular/>

alunos tendo a opção de estar presente em aulas de cursos que objetivam formações diferentes, a condição não se modifica, pois não há também entre essas disciplinas qualquer referência e aproximação aos estudos femininos.

Reforçando o argumento e expondo que a ausência das mulheres nos estudos acadêmicos da Universidade Federal do Amapá não é uma particularidade do curso de História, analisamos também as matrizes curriculares dos outros cursos da área das consideradas ciências humanas⁵ como: Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Licenciatura Indígena, Licenciatura em Letras, Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Administração e Bacharelado em Direito, e também não consta entre as disciplinas obrigatórias e optativas nenhuma se intitule ou faça referência à História das Mulheres. Esse resultado é intrigante, pois nos últimos 30 anos houve e (ainda há) uma inserção maciça de mulheres nas universidades brasileiras:

Apesar da recente institucionalização da ciência brasileira, foi também nos anos de 1980 e 1990 que as mulheres brasileiras aumentaram sua participação no setor. A falta de dados sistemáticos no Brasil sobre a formação e o perfil dos recursos humanos na educação superior e na ciência, assim como a falta de dados sobre o financiamento do setor dificultam muito a contextualização dessa discussão. Mas é fato que, aos olhos, principalmente dos mais “seniores”, é evidente a mudança na universidade brasileira no que diz respeito à frequência de mulheres: diferente de algumas poucas décadas atrás, elas hoje são a maioria em boa parte dos cursos de graduação de pós-graduação do país (LETA, 2003, p. 7).

Um fator que contribui para esse resultado é fato de a UNIFAP ainda ser uma instituição de ensino ainda muito nova e que ainda carece que seus cursos amadureçam e incluam em seus programas as diversas vertentes do conhecimento humano. É possível que essa seja uma das explicações para haver dentre todas essas monografia produzidas, em um período de 25 anos, somente 12,9% que abordem questões voltadas para a mulher como objeto de estudo. Outra provável causa desse quadro é a falta de um grupo de pesquisa no curso de história voltado para essa área. Percebe-se que, infelizmente, a obliteração determinada às mulheres pela escrita da história segue sendo repetido ainda nos dias atuais.

Outros problemas é que faltam historiadores, homens e mulheres, que interpretem com maior frequência o estabelecimento, a gênese e a importância dos fatos históricos que envolvem as mulheres, como falta um maior número de pesquisas regionais ou sínteses que nos permitem resgatá-

⁵ Disponível em: <http://www.unifap.br/public/index/graduacao>

las de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações. (DEL PRIORE, 2007, p. 234).

Segundo informações levantadas através do site do curso de História da UNIFAP⁶, esse conta com cinco linhas de pesquisa formadas. “História Social do Trabalho”, que vem através de temáticas como lutas de classe, movimentos sociais rurais e urbanos e migrações, mostrar a vivência dos trabalhadores através de diversas perspectivas, seja política, cultural, social ou econômica; “Políticas, instituições e Relações de Poder”, que busca analisar as relações entre o poder institucionalizado na figura do Estado e a sociedade em nível local, nacional e mundial; “Ensino de História” que promove debates em torno da expansão dos objetos e metodologias da ciência histórica e suas implicações nas opções e subjetividades dos professores de história em formação; “Etnicidade e Representações” que tem como foco estudar a pluralidade de identidades individuais e coletivas que formam o ambiente amazônico; e “Educação, patrimônio, ambiente e identidade cultural” que trabalha com temas diversos, mas que concatenam-se com conceitos como: relatos históricos, arqueologia, patrimônio cultural, representação e meio ambiente.

Se as matérias trabalhadas no curso de História e seus conteúdos não mostram claramente que é realizada uma aproximação com a história das mulheres ou mesmo um debate em torno da questão de gênero, é uma implicação do que foi abordado anteriormente: o curso, assim como a universidade ainda precisa desenvolver um esforço no sentido de inserir os estudos sobre as mulheres no rol das disciplinas obrigatórias ou optativas no decorrer dos cursos que abordam como objeto de estudo o ser humano e sua relação entre si e com o ambiente que o circunda. Atualmente isso se realiza através de simpósios, e discussões específicas de passagens de obras, que ao contrário de refletir sobre a história das mulheres, lhe atribuem posições como uma parte, um suplemento ou uma mera novidade no âmbito da disciplina dada.

No entanto, temos nos últimos anos no curso de história da UNIFAP, especialmente através de experiências vivenciadas por nós mesmos durante nossa graduação, esforços no sentido de modificar essa realidade. Temos a realização de diversos debates em torno das questões femininas em textos trabalhados em algumas disciplinas como Historiografia Brasileira. Na disciplina Seminário de Prática de Ensino houve o preparo dos acadêmicos para a inserção no mundo escolar, mas também o levantamento de discussões através de leituras de publicações que tratam sobre as mulheres, provocando a reflexão sobre a opressão de gênero e

⁶ <http://www2.unifap.br/historia/>

a violência contra elas, que muitas vezes é silenciada. E por fim na disciplina Estágio Supervisionado, que promove a introdução das temáticas transversais, não somente sobre as mulheres e gênero, mas também sobre a questão do negro, do indígena e do homossexual, nas escolas em que os acadêmicos realizaram intervenções, através de projetos que visem a quebra de tabus e paradigmas instaurados há muito tempo contra esses grupos sociais.

4. MULHERES NOS TCC'S DE HISTÓRIA DA UNIFAP: UMA ANÁLISE INTERNA.

Um dos primeiros pontos a destacar nos dez TCC's analisados é o recorte histórico que abarca o período que vai de 1930 até 2014. É interessante notar que justamente nesse período o Brasil e o mundo estavam passando por grandes transformações econômicas, sociais e políticas. E como já foi discutido nos capítulos anteriores, nessa época o campo da história sofria grandes mudanças também. A Escola dos Annales proporciona um amplo leque de oportunidades para novos campos de pesquisa que se distanciam da política e análises das macroestruturas, permitindo que novos objetos de estudo surjam a partir da ampliação do que se entendia por história, fonte histórica, campo histórico. Além do mais, partindo da constatação do período analisados pelos trabalhos, é plausível supor que não há TCC's que analisem a época anterior a 1930.⁷

Mesmo que os TCC's tenham certas particularidades é possível perceber algumas similaridades, haja vista que a temática mulher requer que sejam usados certos conceitos como o de *gênero*. O conceito de gênero enquanto construção tem como bases aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e psicológicos, ampliando as possibilidades das abordagens históricas. Dessa forma, tem-se a discussão de dois fatores importantes: a relação de gênero com as relações de poder e a definição de gênero enquanto representação. Estes não podem ser usados como elementos separados, mas constitutivos de realidades e eventos historicamente situados. (TEDESCHI, 2012, p.35).

Para pesquisar as relações em que as mulheres do Amapá estavam inseridas é preciso pensá-las enquanto sujeitos atuantes mesmo que suas ações estejam limitadas por estereótipos e preconceitos que as colocam em situações muitas vezes degradantes e de opressão. Entretanto, é fundamental atentar para o fato de que mesmo sendo impedidas de uma plena vivência, as mulheres conseguiram alcançar certos anseios e lutar contra o machismo no seu dia-a-dia. Essas lutas se davam de várias formas desde sussurros até enfrentamentos diretos. As mesmas só puderam ser conhecidas através da ampliação do campo da história, suas metodologias e conceitos do que são fontes que permitiram analisar relatos orais, bilhetes, revistas, jornais.

⁷ Nas duas listas que tivemos acesso não encontramos trabalhos de conclusão de curso sobre mulheres que as discutem no período anterior a 1930. Caso haja, supomos que não foi registrado na coordenação de História.

Nesse sentido, em lugares onde a oralidade é bastante marcante, a metodologia da História Oral pode ser usada para estudar os relatos de mulheres que trabalharam em hospitais, lavouras, escolas ou que participaram de certos empreendimentos ou foram afetados por projetos de grande impacto na sociedade. Esses relatos permitem conhecer a história de sujeitos que não estão na história oficial ou estão presentes de outra forma, permite conhecer o que tais pessoas pensam sobre suas vivências e realidades, permite fazer comparações dessas experiências com o que é escrito nas revistas, jornais e permite ver as mulheres enquanto sujeitos atuantes no cotidiano que lutam para fugir das amarras que o machismo, a dominação e o preconceito impõem a elas.

Os objetivos pretendidos pelos autores e autoras têm a intenção de mostrar a mulher como um ser atuante na sociedade e como elas são percebidas pelos outros indivíduos através das revistas, jornais, profissão que exerciam. Percebe-se que as análises procuram mostrar que a relação opressão/opressor não é tão rígida ao ponto de impedir qualquer ação/reação do oprimido(a).

No TCC “Memória e história das mulheres no projeto Jari na década de 1980”, as autoras procuram entender, através das análises de fonte orais e fotografias, como as mulheres viviam o dia-a-dia no projeto Jari. Nesse sentido, as autoras afirmam que o trabalho surgiu com o objetivo de (re)significar a importância feminina na sociedade e dar visibilidade à presença feminina no cotidiano e na construção do espaço na região do Jari, destacando que pretendem focar a análise na imagem estereotipada sobre as mulheres do Beiradão que ainda prevalece com o intuito de revê-la: “as mulheres do Beiradão são prostitutas”. Através de relatos e vários documentos as autoras mostram que a mulher do beiradão fugia do estereótipo de mulher frágil e submissa que vivia dentro de casa.

As entrevistas feitas com mulheres que viveram na região na época permite mostrar que, embora a região tivesse prostitutas, havia outras formas de trabalho realizado pelas mulheres. Isso rompe com formulações reducionistas que constroem estereótipos. As autoras chamam a atenção que mesmo que elas sejam oprimidas conseguiam enfrentar as situações adversas do dia-a-dia. A prostituição não foi a única forma de trabalho da mulher na localidade. Famílias que residiam no Beiradão exerciam outras atividades. Eram famílias que possuíam pequenos comércios, vendiam comida e trabalhavam em outras áreas. As mulheres dessa região tinham participação ativa em vários setores, seja como mães, trabalhadoras, amantes, prostitutas, donas de vendas. Mesmo que haja um silêncio historiográfico sobre suas ações, elas teceram fios de suas existências de várias maneiras.

O TCC “A representação da mulher na revista Icomi-Notícias: Um estudo exploratório do papel da mulher no Projeto ICOMI- 1964/1967” tem como objetivo analisar como foi construída a imagem da mulher no Projeto ICOMI. Para isso, as autoras analisam as publicações da Revista ICOMI-Notícias do período de 1964 a 1967, utilizando o conceito de gênero e representação que estão inseridos dentro da proposta da Nova História Cultural. As autoras destacam as obras de alguns autores que analisam as representações da mulher sob essa perspectiva: “Do Cabaré ao Lar” (RAGO, 1997), “Ao Sul do Corpo” (DEL PRIORE, 1995), “História das Mulheres no Brasil” (DEL PRIORE, 1997). Estes trabalhos mostram as representações que as mulheres assumiram em vários contextos da história brasileira.

Segundo as autoras, a mulher aparece representada como sendo frágil, submissa, feminina, assexuada. Destacam que na década de 1950 havia várias revistas que publicavam matérias de como deveria ser o comportamento feminino, como se vestir, como ser uma boa esposa, como cuidar da maternidade, dos filhos. A revista ICOMI tinha publicações nesse sentido, o projeto tinha o objetivo de criar uma sociedade na região segundo padrões morais burgueses da sociedade capitalista.

É bem interessante fazer um paralelo entre esses dois trabalhos no sentido de mostrar de onde parte tais conclusões. Na pesquisa que trata da mulher no Projeto Jari tem-se a apresentação das mulheres que estão fora das relações de poder, que fogem daquela concepção de mulher submissa, dócil, obediente. A necessidade de trabalhar e se sustentar as impeliram a questionar essas concepções e sair do lugar tradicionalmente relegado a elas e a ocupar lugares tradicionalmente ocupados por homens. Ultrapassar a linha público/privado significou contrariar vários padrões sociais. Mostrar as mulheres com sujeitos históricos só foi possível porque os documentos, registros utilizados foram os mais diversos, permitindo fazer um diálogo entre as fontes oficiais e as falas das mulheres alvo da pesquisa. O trabalho que analisa as publicações sobre as mulheres na Revista ICOMI-Noticias discute documentos produzidos que tinham o objetivo de criar, propagar valores da sociedade burguesa, onde a mulher tem que ficar relegada ao ambiente familiar, cuidar dos filhos e da casa. Ou seja, tais registros mostravam as mulheres a partir de uma imagem que se esperavam dela. A questão a ser colocada é que se fossem utilizadas outras fontes como relatos, bilhetes das mulheres do projeto Icomi elas apareceriam de forma tão estereotipada? Talvez aparecessem pequenas ações, pensamentos que contrariavam a imagem pretendida pela revista.

Em nossas pesquisas encontramos dois trabalhos que analisam as parteiras. Esses trabalhos embora tenham certas diferenças são bastante semelhantes entre si, incluindo os

objetivos. Isso se dá pela própria necessidade de usar a História Oral para poder obter as informações necessárias a pesquisa. Além disso, a forma como os trabalhos são construídos, as discussões feitas antes de entrar no objetivo principal, permite mostrar que é preciso seguir determinados critérios que o tema impõe.

Sendo assim, o TCC “Identidade do grupo social em memórias das parteiras amapaenses” se inicia com os autores fazendo um breve apanhado histórico da condição da mulher e das parteiras, discutem o conceito de memória, o uso da História Oral. As perguntas nos dois trabalhos são parecidas. Por exemplo: como e onde aconteceu o primeiro parto, como aprendeu o ofício, você repassa seu conhecimento a outras pessoas. Essas indagações permitem entrar em um campo que não poderia ser alcançados através de documentos impressos oficiais.

As parteiras aprenderam o ofício com a mãe ou com alguém próximo por necessidade. Algo bem interessante está relacionado ao fato de que os mais jovens, segundo as parteiras, não sentem tanto interesse em aprender a “arte de partejar”. Isso gera certo receio nas parteiras que temem que seu ofício acabe. Outro ponto é a relação um pouco conflituosa com o pessoal dos hospitais, onde há certa resistência as parteiras. O pessoal entrevistado afirma que isso se dá devido a possibilidade que ocorrer situações que as parteiras não saberiam como agir.

O TCC “Parteiras do Amapá: Identidade e Memória: O Caso das Parteiras do Bairro Perpétuo Socorro - Macapá” procura discutir como se dá a relação entre as parteiras e a sociedade, como elas e outros enxergam o ofício de partejar. Nesse sentido, devido ao próprio objetivo do seu trabalho, as autoras utilizam a metodologia da História Oral para obter relatos das mulheres e através de autores como Thompson (1992) discute-se a importância dessa metodologia e suas vantagens para pesquisa histórica, principalmente quando se trata de sujeitos que estão fora das relações de poder.

As perguntas feitas as parteiras permitem vislumbrar várias informações sobre suas vivências e percepções de mundo e como elas se percebem em relação ao seu ofício e sociedade. Assim, quando perguntadas em que circunstâncias fizeram o parto muitas disseram que por necessidade, já que moravam em localidades distantes de qualquer posto médicos e que conviviam com a mãe ou parentes parteiras. Um dos pontos que merece destaque é a relação com os médicos, onde, segundo as parteiras, há certo preconceito nos hospitais.

O TCC “O papel das professoras na educação do Amapá territorial (1944-1960)” se propõe a discutir a importância das professoras para a educação no Estado do Amapá. Nesse

sentido, a autora observa que na época as mulheres ocupavam espaços no mercado de trabalho, mas em serviços e ambiente tido como sendo de mulher. Esperava-se que a mulher permanecesse em condição de submissão ao homem.

As informações coletadas das entrevistas permitem mostrar que embora houvesse opressão em relação às mulheres. Estas conseguiram fugir dos estereótipos. Isso fica evidente quando as professoras entrevistadas afirmam que mesmo o magistério sendo relacionado a mulheres, elas puderam tirar algum proveito das profissões que, de certa forma, foram obrigadas a seguir.

De acordo com alguns depoimentos das entrevistas feitas pelas autoras, não há recordação de homens trabalhando como professores. Normalmente, ocupavam outros cargos dentro do estabelecimento de ensino. Nesse sentido, o “dom” de educar seria nato das mulheres, haja vista que em casa ela cuidava dos filhos, e a docência seria a extensão desse cuidado. Por sua vez, o discurso preconizava que homem não deveria ser professor. A autora descreve o depoimento da professora aposentada D. Maria Olinda Brazão que diz que ela sempre gostou de criança e o magistério era a carreira mais promissora naquela época. Ser professora era algo de mulher, devido a questão da paciência e docilidade.

Em outro depoimento da professora Antônia Francisca da Silva Nery, percebe-se que havia mulher que não queria ser professora, mas devido às circunstâncias como estereótipos e pressões dos pais, que achavam que era uma profissão condizente com a condição feminina, acabaram lecionando. Devido ao processo de industrialização os homens ocuparam postos de trabalhos nas indústrias ou em outros lugares. A mulher foi destinada a docência, que era tida como a ampliação das atividades domésticas. Mas é preciso lembrar também que o magistério permitiu certa independência financeira da mulher e uma ponte para outras profissões. Além de aprimorar a capacidade intelectual.

Em seus depoimentos afirmam que gostavam de seus trabalhos, pois tinham afinidade e dedicação. Para lecionar era preciso de certo grau de instrução. Isso permitia à mulher obter conhecimento que pudesse ser usado em outras ocasiões. Outra consequência benéfica era certa independência financeira. Dona Aspácia que foi entrevistada, disse que o dinheiro permitia cuidar dos filhos, já que ficou viúva. O salário era muito bom, ela mandava certa quantia até para mãe. E ainda ensinava em casa com aulas de reforço.

A profissão de professora dava certo status social para as mulheres, tornando-as um referencial, e chegavam a alcançar certo reconhecimento pelo seu ofício. Nos depoimentos das professoras é possível perceber o entusiasmo que tinham pela profissão. Aspácia Stela diz

que ser professora era uma honra, que naquela época era uma profissão bonita. Se a mulher quisesse estudar, deveria ser professora porque combinava e o trabalho era muito valorizado.

O TCC “História, família e mulher: as representações das mulheres nos livros didáticos” discuti como as mulheres são representadas em três livros selecionados. Essa discussão permite mostrar como as mulheres são mostradas nos mais variados ambientes e profissões. É interessante notar que a abordagem do universo feminino é cheio de estereótipos, mesmo que não estejam tão evidentes.

A análise é feita a partir das imagens e dos textos que colocam a mulher através de diversas representações. E o objetivo é problematizar essas representações. Antes de analisar o livro TDMC-Trabalho Dirigido de Moral e Civismo (1981) pontuam que o livro é um manual do professor e que não é exatamente um livro de história, mas que é importante apresentá-lo devido a produção e riqueza de referências que faz da mulher. As autoras afirmam que o livro traz a ideia de família tradicional constituída pelo homem, filhos e mulher unidos pelo matrimônio. A mulher é apresentada ligada à funções tidas como femininas, dedicadas aos filhos, marido e ao lar. Enquanto o homem aparece como provedor da família. Em relação ao trabalho, a mulher aparece ocupando trabalhos menos privilegiados, menos valorizados.

As autoras destacam que a mulher também aparece de outras formas, mostrando que elas venceram o estereótipo de gênero. As representações do feminino no livro didático vão desde a mãe dona de casa, que cuida dos filhos e é o sexo frágil, até a imagem dela como sujeito histórico, embora isso não fique tão evidente.

Na análise do livro didático “Historiar: fazendo, contando e narrando a História” (2004), as autoras afirmam que a presença feminina é pequena, ficando restrito ao plano doméstico, enquanto o masculino aparece mais e ocupa muitas funções. A mulher é representada como típica dona de casa e no mercado de trabalho aparece ocupando postos de trabalhos tidos como femininos.

Segundo as autoras, no livro da primeira coleção Curumim (2007), a mulher não é representada no ambiente familiar e suas referências no trabalho são como professoras, enfermeiras, secretárias, cozinheiras. As autoras destacam que isso é fantasioso, pois as mulheres ocupam diferentes cargos, e que isso não está ilustrado nos livros. Assim, o livro representa a mulher através de estereótipos e inferiorização.

Esses livros abarcam um período de quase 30 anos e ainda apresentam estereótipos sobre as mulheres. Nesse mesmo tempo houve manifestações por mais direitos, o número de

mulheres no mercado de trabalho e na universidade cresceu, há combate em relação a violência de gênero. Entretanto, tais conquistas aparentemente ainda não estão sendo retratadas nos livros didáticos. Talvez leve tempo até isso acontecer. É preciso atentar que mesmo que a universidade possua uma relação dialética com a sociedade as pesquisas não estão totalmente sincronizadas com as exigências e anseios da população. No mais há outros fatores que impedem novas abordagens.

O TCC “Violência contra a mulher; evolução das políticas públicas no Amapá (2004-2010)” faz um apanhado histórico das leis que surgiram para proteger as mulheres de agressões físicas e verbais, violência doméstica. Nesse sentido, tem-se primeiramente uma abordagem historiográfica sobre a mulher, em seguida é apresentada leis, organizações que visam coibir a violência doméstica como: Lei 11.340 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha. Segundo as autoras essa lei é um avanço, pois cria mecanismo para enfrentar a violência doméstica e familiar. Ela rompe com a separação com público/privado, fazendo que o espaço doméstico seja alcançado, possibilitando a tipificação do crime e a punição dos agressores. Isso contesta a autoridade do homem que muitas vezes agredia sua mulher sabendo que a justiça não poderia passar de sua porta. Posteriormente, apresentam políticas públicas usadas para combater a violência contra a mulher, pontuando que elas ocorrem através da união dos estados com município, apresentam dados sobre a violência contra mulher no Amapá. Finalizam o trabalho afirmando que os resultados das iniciativas já têm dados resultados positivos, mas que há muito a ser feito.

Há dois trabalhos que analisam a mulher no sistema prisional a partir de enfoques um pouco diferentes, mas que acabam discutindo, de certa forma mesma questão. A diferença existente neles se dá na maneira como a pesquisa é feita. A pesquisa intitulada “Uma análise histórica sobre o funcionamento da coordenadoria feminina no Instituto Penitenciário do Amapá de 2003 a 2013” procura mostrar como as reclusas são tratadas dentro do instituto. Para isso parte de uma análise histórica que procura discutir a relação da mulher apenada e o sistema carcerário, pontuando que muitos dos estereótipos da sociedade refletem nas acusações e penas. Prosseguindo cometam as ações estatais para combater a violência contra mulher. Por último discutem como as presas são tratadas, pontuando ações voltadas para reinseri-las na sociedade. Para isso, afirmam que é preciso que a cadeia seja um local para o apenado cumprir a pena e ser preparado para o convívio social, que haja programas que possibilitem algum aprendizado para que saia de uma situação excludente de forma imediata e progressiva.

A outra pesquisa com a temática “Rosas solitárias: a condição da mulher no sistema Carcerario no Estado do Amapá(1980-2003) tem como objetivo analisar como as mulheres aprisionadas se relacionam nesse ambiente e traçar o perfil delas. Propõe-se também a discutir como se dá as políticas públicas que visam reinseri-las na sociedade.

Fazendo a discussão mulher na historiografia, as autoras pretendem mostrar como as mulheres apareciam nos relatos históricos. Nesse sentido, afirmam que a história das mulheres é um campo ainda em construção e que por muito tempo a presença feminina era ignorada ou aparecia de forma generalizada. Mas a historiografia recente a coloca como agente da história. O silêncio sobre as mulheres devia-se, em grande parte, pela escassez de fontes, ausência de referências teóricas e paradigmas.

Salientam que é a partir da História Cultural que a mulher é investigada levando em consideração suas especificidade, que a história das mulheres está ligada as campanhas feministas por mais direitos e que os Annales permitiram que o feminino fosse incorporado na historiografia. Apontam que a história da mulher envolve uma relação complexa, onde o feminismo teve grande importância. No Brasil, Gilberto Freyre é responsável pelas primeiras abordagens sobre as mulheres, onde analisa o modelo patriarcal, evidenciando os papéis femininos.

Fazem algumas ponderações sobre o código penal, no qual afirmam que juntamente com o complexo judicial e ação policial, era usado para disciplinar e controlar as mulheres, fazendo-as reprimir seus excessos verbais e estimulando os hábitos sádios e boas maneiras, e que elas eram vítimas tanto da violência estrutural quanto da de gênero.

Para as autoras o propósito de pesquisar a mulher a partir da documentação policial tem como objetivo mostrá-la atuante no processo histórico, pois esses relatos juntamente com outros, permitem mostrar que a mulher não era tão submissa, passível e reclusa ao lar, que devido a própria necessidade de conseguir seu sustento através do trabalho fora de casa ocupava espaços públicos.

A partir da memória oral discutem a história da mulher no sistema pena no Estado do Amapá. Nesse sentido, as autoras citam vários programas destinados a reinserção das apenadas na sociedade como cursos de capacitação, assistência à educação, profissionalização e trabalho, programas de prevenção de doenças, entre outros.

É salientado que mesmo com todos esses programas há ainda muito a ser feito, pois há ocorrências de violações dos direitos humanos, lentidão no processo das apenadas, e ainda que muitas presas não participam dos programas educacionais por acreditarem ser difícil sua

reinserção na sociedade. Terminam o trabalho traçando um perfil das apenadas a partir da análise de respostas obtidas através de questionário.

O período que as duas temáticas abordam é mais de trinta anos. Como foi pontuado em um dos trabalhos, o estereótipo com relação a mulher a acompanhar na prisão e daí surgindo várias formas injúrias. Embora haja leis para garantir os direitos dos presos e presas essas ainda não são totalmente cumpridas. Da mesma forma que a ocupação de mercados de trabalho pelo gênero feminino demore um pouco para aparecer nos livros didáticos.

O TCC “As representações sociais de gênero, sexo e sexualidade no Amapá (1930-1950) tem como objetivo analisar a partir de documentos, de registros de crimes sexuais como se percebia questão da sexualidade, da moral em relação a temas como virgindade, casamento, sexo.

Os autores esclarecem que é preciso levar em consideração determinadas questões antes de analisar estes registros, pois são produzidos com objetivos específicos, feitos para condenar ou inocentar. Estudar estes processos permite ter um olhar para pessoas normalmente esquecidas pela história tradicional. Assim, os autores afirmam que o objetivo do trabalho é revelar a vida de pessoas simples, esquecidas pelo enfoque tradicional.

Feito isso, os autores detêm sua análise na questão jurídica sobre o gênero a partir do Código Penal de 1940, observando que as representações sobre as relações de gênero presentes nos agentes jurídicos atuaram na construção de papéis normativos e na delimitação de modelos sociais. Dessa forma, demonstram que o papel social da mulher era pré-estabelecido por uma questão social e cultural.

Os autores discutem a questão a virgindade feminina, pontuando que a honra era de fundamental importância para família e que a virgindade da mulher era de suma importância, fazendo parte do aporte da moral masculina e familiar.

É enfatizado que a perda do hímen antes do casamento significou, em tempos passados, a desonra de jovens que passavam a ser vistas de forma negativa, que não sabiam ter um comportamento virtuoso. Em um época onde manter-se virgem significava um bom casamento, a relação carnal devia ser evitada ao máximo pelas jovens.

Em seguida os autores discutem como o Decreto 181 de 1890, o Código Penal de 1890, O Código Civil de 1916 e o Código Penal de 1940, tratam a questão matrimonial, sedução, e outros crimes. Os autores salientam que é possível observar o conflito entre as diferentes concepções de direitos, como as leis são interpretadas pelos diversos sujeitos em confronto.

Ao analisar os estudos de casos, os autores discutem algumas questões relacionadas a moral da época. Nesse sentido, afirmam que em casos de crimes sexuais a jovem e testemunhas a favor dela agiam no sentido de provar os votos de casamentos feitos pelo rapaz. Este, juntamente com testemunhas a seu favor, tentavam provar que a moça era suspeita, falando de seus atos, comportamentos, modos e costumes.

Os autores salientam que em uma sociedade marcada pelo machismo, onde o homem tinha mais liberdade que a mulher, o deflorador podia ser absolvido caso a moça fosse considerada sem moral. No caso do Amapá houve muitos casos de defloramento entre as décadas de 1930 e 1950, nas quais o hímen era símbolo de honra.

Um dos pontos da discussão levantada aponta para fato de haver casos de defloramento com consentimento. Esse ato era uma forma de a jovem conseguir se casar com seu amado. Em uma sociedade que o hímen era garantia de moça séria, para família não havia outra opção a não ser casar a filha com seu namorado. Entretanto, esse ato poderia ser muito arriscado, pois o resultado poderia ser outro. A menina poderia ser mandada para o convento.

Outro fato destacado é a presença de narrativas duvidosas nos processos. Muitos dos relatos de defloramento seguiam uma linha parecida que tinha como objetivo inocentar a vítima e culpar seu agressor. Caso contrário a mulher seria tachada como de vida fácil. Essa jamais deveria ser a sedutora e sim a seduzida.

Outra questão discutida nesse é a promessa de casamento. Os autores apontam que as análises dos inquéritos do fórum de Macapá sobre casos de defloramento mostram a tal promessa como sendo causa da aceitação da moça para ter relações sexuais. Esses inquéritos eram criados porque o rapaz simplesmente sumia da vida da jovem após conseguir seu intento. Elas iriam buscar a proteção da lei, pois a justiça e a mulher entendiam que o deflorador assumia compromisso com a moça após o ato.

Por último são discutidas as representações de sexualidade no Amapá (1930-1950) onde são analisados processos criminais com a finalidade discutir normas relacionadas à sexualidade. Primeiramente, os autores destacam que nas décadas de 1930, 1940 e 1950 o Amapá, assim como o restante do Brasil, estava sob muitos valores normativos no que concerne a questão da sexualidade. As leis expressavam a moral da época que supunha que a mulher deveria ter um comportamento exemplar e agir de acordo com valores tradicionais.

Nos processos analisados pelos autores verifica-se a clara intenção da moça e sua família de provar que só houve ato carnal mediante promessa de casamento. Já o deflorador

agia no sentido de provar que a moça não tinha um comportamento exemplar ou que não era virgem. A investigação para provar dava-se através de depoimentos, com ajuda da medicina e laudos de peritos. Era necessário a todo custo provar o defloramento da jovem. Isso é um reflexo dos costumes da época e que fazia surgir muitas acusações tendenciosas.

Das análises dos processos criminais, os autores ainda destacam outros pontos como: a inexperiência como recurso judicial, promessa de casamento, a virgindade moral feminina e a desonra da família. O objetivo dessa discussão é mostrar como a moral da época influenciava bastante as leis e o comportamento, tanto que o Código Penal de 1940 prevê a inexperiência da vítima e justificável confiança no acusado como delito. Assim, o rapaz procurava mostrar que a moça tinha uma vida pregressa e que não era tão ingênua. A forma mais comum de evitar que a jovem fosse mal vista era se casando com seu deflorador. Assim, quando a família ficava sabendo da conjunção carnal procurava os meios da justiça para garantir o casamento.

Mas não bastava apenas ter a presença do hímen era preciso também que a moça tivesse uma conduta de acordo com os padrões de moralidade da época. Nesse sentido, a jovem tinha que manter a preservação do hímen e manter uma virgindade moral, que se expressava na forma como vivia e no que a tradição exigia. Isso era tão importante que nos processos dava-se mais ênfase na vida da moça do que do rapaz. Uma moça que não cassasse com seu deflorador levaria consigo a desonra que acompanharia também sua família e sofreria bastante na localidade onde morava. Por isso era muito importante que houvesse o casamento mesmo que fosse por obrigação judicial. Por fim, as análises dos processos mostram que tanto as moças como o rapaz agiam no intento de provar suas alegações perante a justiça.

As análises desses 10 trabalhos apontam que a história das mulheres permite mostrar o gênero feminino a partir de sua relação com o masculino para além da opressão. Ao mesmo tempo em que não nega os estereótipos, crimes, preconceitos e todos os atos que decorreram disso. As análises desses trabalhos deixam bastante evidente que as mulheres foram capazes de atos que colocaram em questão a tradição da época em que viveram que foram capazes de usar algo que as reprimiam para obter o que queriam. Esse querer poderia surgir da necessidade de trabalhar fora de casa, encontrar seu amante, lutar por mais direitos ou ser reconhecida pela sua atividade.

Mary Del Priore diz que a história das mulheres serve para fazê-las existir, viver e ser. Essa existência se dava através de pequenos atos diários que revelavam que as estruturas opressoras não eram capazes de silenciar as mulheres por completo. Assim, cada vez mais,

busca-se desconstruir o discurso e as representações que colocavam as mulheres como seres submissos que aceitavam de bom grado tudo que era imposto. Não é possível falar da opressão feminina sem falar das formas de resistência. Evidenciar essas questões faz com que as mulheres sejam vistas como sujeitos históricos atuantes, como pessoas capazes de questionar a realidade em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados mais de quarenta anos do surgimento da Nova História Cultural, percebe-se o quanto ela foi, e é importante para entendermos as dimensões da realidade que os sujeitos estão inseridos. Seus conceitos e métodos permitiram que o que se presumia não ter história fosse problematizado e vislumbrado como um campo bastante promissor.

O mundo que se abriu ao historiador a partir da segunda metade do século XX trouxe para discussão objetos de estudos antes impensáveis e, de certa forma, desprezados. As mulheres enquanto prostitutas, professoras, enfermeiras, lavadeiras, vendedoras, parteiras e outras que estavam fora das relações de poder, fora da política, que estavam nas ruas, fábricas, nas escolas, nos hospitais, nos interiores, dentro de casa, no bordel tinham sua própria história que era feita no dia-a-dia em meio a uma sociedade bastante preconceituosa e patriarcal que via na mulher um ser sereno, dócil e frágil, que deveria ficar restrito ao ambiente doméstico, e somente aparecer no ambiente público seguindo determinados padrões de comportamento.

Essas mulheres não podem ser pensadas a partir da rigidez opressão/opressor, pois isso implica levar em consideração que elas não agiam no sentido de fugir das amarras que as colocavam. A própria necessidade de trabalhar fora de casa, ocupar um lugar normalmente relacionado a homens, demonstra o quão determinada uma mulher poderia ser.

A luta diária para conseguir seu sustento, para punir seu agressor, encontrar seu amante significa muito para demonstrar que a mulher, embora reprimida sexualmente, destinada ao lar, dita como dócil e frágil ousou questionar o *status quo*. Mostrou que elas tinham história, onde elas lutaram diariamente contra os preconceitos. Essas histórias, muitas vezes, estavam registradas em bilhetes, cartas e diários que só puderam ser tratados como documentos após ampliação do que é registro histórico.

O diálogo entre diversas fontes e os registros oficiais possibilitou ampliar a visão que se tinha sobre os objetos pesquisados. Dessa forma, a maneira como eram vistos determinados sujeitos sofreu bastante impacto e se descobriu que essas pessoas são bastante atuantes. A Amazônia, região que sofreu muitos impactos ao longo da sua história, onde caboclos e caboclas, trabalhadoras e trabalhadores construíram sua história a margem de vários projetos dos governos, é um campo fértil para pesquisas no campo da História Cultural.

Entretanto, como já foi dito, esses sujeitos históricos estavam fora dos relatos oficiais ou suas representações os colocavam de forma pejorativa e preconceituosa. Para pesquisar a

mulher na história é preciso pensá-la como um sujeito histórico atuante, refletir sobre as formas como são representadas a partir de determinados pontos de vistas.

A forma como procuramos discutir o tema de nosso trabalho partiu da premissa que a universidade possui uma relação dialética com a sociedade que a circunda, que seus discentes e docentes trazem para dentro do espaço acadêmico discussões que estão presentes no seu dia-a-dia ao mesmo tempo em que são influenciados pelo conhecimento acadêmico. No caso das mulheres, enquanto objeto de pesquisa histórica, percebemos que os trabalhos de conclusão de curso tinham por objeto desconstruir a imagem estereotipada do gênero feminino e mostrar como as mulheres agiam em meio as redes das relações sociais.

Assim, optamos por iniciar nossa pesquisa discutindo sobre os Annales, pois entendemos que essa escola foi influenciada pelo contexto em que se encontrava e que isso possibilitou a construção do conhecimento histórico no qual os vários sujeitos foram levados em consideração a partir da discussão de novos temas. A história das mulheres também surge a partir dessa relação, onde o feminismo impulsionou as pesquisas históricas com o propósito de mostrar as mulheres na história. Essa relação se verifica na produção do conhecimento histórico sobre o Amapá quando percebemos com se deram discussão sobre as mulheres nos TCC's do curso de história da UNIFAP.

Um das primeiras observações sobre os trabalhos é que quase todos realizam uma ampla pesquisa bibliográfica, citando autores como Del Priore e Margareth Rago, entre outros, com o objetivo de mostrar como a mulher era tratada na história e na historiografia. Aqueles que não têm um capítulo dedicado a isso o fazem dentro de outros capítulos quando discutem a adoção do conceito de gênero e o que isso significou para história das mulheres.

Ao destacar que a mulher sofreu com a opressão ao longo da história os autores e autoras mostram também as formas que elas reagem, mostrando suas ações diárias. Assim, percebe-se que a relação dominação/opressão não é tão rígida ao ponto de impedir que os oprimidos não reajam de diversas formas ora manifestando em protestos ou ocupando determinados espaços.

O TCC que trata da memória das mulheres no projeto Jarí mostrar como as mulheres contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento daquele espaço. Que as prostitutas, que eram discriminadas devido ao seu ofício, contribuíram para a economia daquela região. Assim, enquanto as mulheres de Monte Dourado estavam reclusas ao ambiente doméstico, distantes das decisões, as mulheres do Beiradão eram chefes de famílias, trabalhavam para ganhar seu sustento, fugiam do mito da “mulher submissa”.

O TCC que discute o papel das professoras no Amapá territorial expõem as relações, nas quais as mulheres se encontravam marcadas pela opressão e machismo como demonstra os seus depoimentos. Entretanto, os mesmos depoimentos também revelam que muitas tiraram proveito de tal situação para ter conhecimento e certa independência financeira, tornando-se a detentora de renda na casa.

No que concerne a imagem da mulher nos meios de comunicações e nos livros, os TCC's que tratam da mulher revista ICOMI e Livros didáticos discutem qual o ideal de mulher que se pretende passar para os leitores. Essas representações as colocavam de forma inferiorizada, como acompanhantes dos homens de negócio ou que ficavam em casa cuidando dos filhos e que no mundo do trabalho tinham ocupações normalmente relacionadas ao gênero feminino. A imagem perdura ainda hoje, pois se tem a análise de discursos produzidos com 20 a 40 anos de diferença. Nesse período houve a conquista de direitos para as mulheres, mas percebe-se que o preconceito ainda é grande.

Nos trabalhos sobre as parteiras percebe-se claramente que a intenção é mostrá-las enquanto seres atuantes que sofrem com preconceito, mas que constroem representações sobre si mesmas a partir da relação que tem com a sociedade. Isso fica evidente através da importância que elas atribuem ao seu trabalho. Este que é praticado no meio da disputa entre conhecimento científico e conhecimento popular.

Os trabalhos que falam sobre a questão feminina no sistema carcerário no Amapá abarcam um período de mais de 30 anos. Embora o foco dos dois seja diferente, ambos discutem a questão da mulher enquanto presa. O que se percebe é que a mulher na cadeia ainda sofre com o preconceito da sociedade.

O TCC sobre a evolução das políticas públicas no combate a violência contra mulher no Amapá, traz ações que procuram prevenir a mulher, punir o agressor, além de campanhas de conscientização. Pode-se concluir que nos últimos anos houve a ampliação de campanhas, leis nesse sentido que tiveram resultados positivos. Porém, percebe-se também que as agressões são constantes e em alguns períodos até aumentaram.

Já o trabalho final que trata sobre as representações sociais de gênero, sexo e sexualidade no Amapá (1930-1950) discutem questões relacionadas à moral da época e a tradição a partir das análises de processos criminais. Estes permitem mostrar como as mulheres conseguiam agir em uma sociedade bastante repressora no que concerne a questão sexual feminina.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lélia. **Mulheres que escrevem sobre mulheres que escrevem**. UFRGS, 2009.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo?** Abril/Cultural. Brasiliense: 1985.
- BARROS, José D'Assunção. **A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas**. Revista de História, 2013, p. 308-340.
- _____. **O campo da História: especialidades e abordagens**. 9ª.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2013.
- _____. **Teoria da História: A Escolhas do Annales e a Nova História. Vol.V**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2012.
- BATISTELLA, Alessandro. **A Era Vargas e o Movimento Operário e Sindical Brasileiro**. Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, 2015.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2ª ed. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1967.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: UNESCO, 2008.
- BOITO, Dirce Josefina Longhi. **Fontes históricas no ensino da história local**. In: II Colóquio Internacional de História: Fontes Históricas, Ensino e História da Educação. UFCG. Outubro de 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 98.997 de 2 de fevereiro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98997.htm>. Acessado em: 3 de julho de 2016.
- BRASIL. **Lei nº 7.530 de 29 de agosto de 1986**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7530.htm>. Acessado em 3 de julho de 2016.

BRIGNOLI, Hector Péres; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Os métodos da História**. 6ª ed. Tradução: João Maia. Rio de Janeiro. Graal, 2002.

BURKE, Peter. A Escola dos Annales (1929-1989): **A Revolução Francesa da Historiografia**. Tradução: Nilo Odalia. São Paulo. Fundação Editora da UNESP, 1997.

BUTLER, Judith P. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. New York. Routledge, Chapman & Hall. 1990.

CANEZIN, Claudete Carvalho. **A mulher e o casamento: Da submissão à emancipação**. Revista Jurídica Cesumar – v. 4, n.1 – 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: Ensaio de teoria e metodologia**. 16ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Ana Valéria de Figueiredo da; COSTA, Agenor Pereira da. **Trilhando Caminhos: A História do Direito como componente curricular**. UNIG, 2001.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 177.

CUNHA, Maria de Fátima da. **Mulher e Historiografia – Da visibilidade à diferença**. Hist. Ensino, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DALPHIN, Cécile et al. **A História das Mulheres – Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia**. Niterói, v. 2, n. 1, p. 7 – 30, 2º sem. 2001.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres: As Vozes do Silêncio**. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectivas**. 6ª ed – São Paulo: Contexto, 2007.

DIAS, Marília Silva; LIMA, Erida Souza. **A influência da Universidade na formação do pensamento adulto.** Artigo apresentado no GT8 – Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas). Minas Gerais, 2013.

FERRAND, Michèle. **A exclusão das mulheres da prática das ciências - uma manifestação sutil da dominação masculina.** Revista Estudos Feministas, 1994.

FILHO, Amílcar Torrão. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** Cadernos pagu (24), janeiro-junho de 2005, pp.127-152.

FO, Jacopo; MALUCELLI, Laura; TOMAT, Sérgio. **O Livro Negro do Cristianismo – Dois mil anos de crime em nome de Deus.** Editora: Ediouro. Itália, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II - O uso dos prazeres.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GODOY, João Miguel Teixeira de. **Alguns desafios dos estudos de historiografia.** Projeto História n 41. Dezembro de 2010. P. 195 – 214.

GOMES, Gisele Ambrósio. **História, Mulher e Gênero.** Universidade Federal de Juíz de Fora, 2011.

GREISSING, Anna. **A região do Jarí, do extrativismo ao agronegócio: as contradições do desenvolvimento econômico na Amazônia florestal no exemplo do projeto Jarí.** Revista de estudos universitários da universidade de Sorocaba, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques; REVEL, Jacques; ROGER, Chartier. **A História Nova.** Tradução: Eduardo Brandão. 5ª Edição. São Paulo. Martins fontes, 2005

LE GOFF, Jacques. **Memória.** In: História e Memória. Campinas: ed. UNICAMP, pp. 423 – 483, 1994.

- LETA, Jacqueline. **As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso.** Estudos Avançados. Vol. 17 n° 49. São Paulo, 2003.
- LEVACK, Brian P. **A caça às bruxas na Europa Moderna.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- LIMA, Waner Gonçalves. **Política Pública: discussão e conceitos.** Interface (Porto Nacional), ed. n° 5, outubro de 2012.
- LORIGA, Sabina. **O eu do historiador.** História da historiografia, Ouro Preto, n° 10, 2012.
- MALERBA, Jurandir (Org). **A História escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Ed. Contexto. 2006.
- MATOS, Maria Izilda S, de. **Estudos de Gênero: Percursos e possibilidades na historiografia contemporânea.** Cadernos pagu (11) 1998: pp.67-75.
- MATOS, Vanessa Cristina Santos. **Um estudo histórico das relações de gênero e classe.** Revista Multidisciplinar da UNESP. Saber Acadêmico N° 7, 2009.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Tradução de Maria do Carmo Alves do Bonfim. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2001.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal.** 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, p.89, 2008.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral.** Novos Cadernos NAEA v. 6, n°2, p. 113 – 168, dez. de 2003.
- NASCIMENTO, Thiago Rodrigues Nascimento. **A Criação das licenciaturas curtas no Brasil.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 45, p. 340 – 346, março de 2012.
- NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. **A extensão universitária no ensino superior e a sociedade.** Mal estar e Sociedade – Ano IV – n° 7 – Barbacena – julho/dezembro 2011.

NUNES, Maria José Fontelas Rosado. **De mulheres e de Deuses**. Revista Estudos Feministas, 1992.

OLIVEIRA, Maria Jeanna Sousa dos Santos. **O Estado do Amapá e a origem da UNIFAP: projetos e inclusão social**. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, nº 7, p. 129 – 140, 2015.

OLIVEIRA, Wilson Sousa. **A imagem da mulher nos livros didáticos e relações de gênero**. UNEB/CAPES, Itabaiana. Ano 5, volume 9, jan/jun de 2011.

PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. 1ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto: 2013.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro. Paz e Terra: 1988.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Evolução e Conflitos dos Ajustes Espaciais Amapaenses**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica – Los Problemas Del Mundo Actual, Soluciones Y Alternativas Desde La Geografía Y Las Ciencias Sociales. Porto Alegre, maio/junho de 2007.

PURDY, Sean. **A Segunda Guerra e os EUA como World Cop**. In: KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

QUINTAS, Fátima. **Sexo à moda patriarcal: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre**. São Paulo: Global, 2008.

RAGO, Margareth. **As Mulheres na Historiografia Brasileira**. Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: a inovação em história**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias do patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá**. 7ª ed. Belém (PA): Grafimorte, 2006.

SCHAFF, Adam. **Duas concepções da Ciência da História: o positivismo e o presentismo.** In: História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHEINIDER, Ivan Claercio. **Pelos caminhos da história cultural: geração, intelectual, sociabilidade e circularidade.** Dialogus. Ribeirão Preto.vol.4, n 1. 2008.

SILVA, Ariana Mara de. **Gênero versus mulheres versus mulher: as ondas do feminismo no cone sul e a construção historiográfica da história das mulheres.** Universidade Federal da Integração Latino Americana, Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História – LHAG/UNICENTRO, S/D.

SILVA, Maura Leal da. **A (Onto) Gênese da nação nas margens do território nacional: O projeto janarista territorial para o Amapá (1944 – 1956).** PUC/SP, São Paulo, 2007.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas perspectivas.** Tradução de Magda Lopes. Editora Unesp: São Paulo, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. **Brasil: Oportunidade e Crise no Ensino Superior.** Higher Education, p. 171, 1988.

SMITH, Bonnie. **Gênero e História.** Homens, mulheres e prática histórica. Bauru: EDUSC, 2003.

SOIEHT, Rachel. **História das Mulheres.** In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) **Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

TORRES, Luiz Henrique. **O Conceito de História e Historiografia.** Revista do Instituto de Ciências Humanas e Informação. V. 8. 1996, p. 53 – 59.

TOSI, Lucía. **Mulher e Ciência – A Revolução Científica, a caça às bruxas e a ciência moderna.** Cadernos pagu (10) 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Amapá (PDI 2007/2011)**. Disponível em: <<http://www.unifap.br/public/index/view/id/1026>>. Acesso em: 3 de julho de 2016.

_____. **Projeto Político Pedagógico do Curso de História – Licenciatura**, 1997. Macapá – Ap.

_____. **Regimento Geral**. Conselho Universitário. Resolução nº 09 – CONSU/UNIFAP, de 29 de abril de 2002.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Paris: Seuil, 1971.

VIANA, Geisa Novais. **As bruxas no Malleus Maleficarum: caracteres, práticas e poderes demoníacos**. V Encontro da ANPUH/BA, Bahia, 2010.

ZADMAN, Claude. **Institucionalização dos Estudos Feministas na França**. Revista Estudos Feministas. Ed. 41, 1994.